

## 1. O PROBLEMA ECONÔMICO

Agora que já decidimos qual será nosso rumo de exploração, seria conveniente que pudéssemos começar imediatamente por examinar nosso passado econômico. Mas ainda não. Antes de podermos reconstituir nossa história econômica, precisamos saber o que é história econômica. E isso, por seu turno, requer que façamos breve pausa para esclarecer o que entendemos por economia e pelo próprio problema econômico.

A resposta não é complicada. Economia é, essencialmente, o estudo de um processo que encontramos em todas as sociedades humanas; "o" problema econômico é, simplesmente, *o processo de prover o bem-estar material da sociedade*. Em seus termos mais simples, a economia é o estudo de como o homem ganha o pão de cada dia.

Isso dificilmente parece ser um tema excitante para investigação histórica. Na verdade, quando olhamos em retrospecto para o longo prédito a que usualmente se chama "história", a humilde questão do pão nosso de cada dia dificilmente atraírá olhares curiosos. Poder e glória, fé e fanatismo, idéias e ideologias são os aspectos da crônica humana que enchem as páginas dos livros de história. Se a simples busca de pão é uma força impulsora no desejo humano, ela está bem escondida por trás do que um filósofo da história chamou "essa crônica de crime internacional e de assassinatos em massa que tem sido divulgada como a história da humanidade".<sup>1</sup>

Entretanto, se nem só de pão vive o homem, também é óbvio que ele não pode viver sem pão. A semelhança de todas as outras coisas vivas, o ser humano deve comer — a primeira regra imperativa para a continuidade da existência. E esse primeiro pré-requisito é menos axiomático do que parece à primeira vista, pois o organismo humano não é, em si mesmo, um mecanismo altamente eficiente para a sobrevivência. *Decada centena de calorias de alimentos* que consome, ele pode fornecer apenas cerca de 20 calorias de energia mecânica. Dispondo de dieta decente, o homem pode produzir

<sup>1</sup> Karl Popper, *The Open Society and Its Enemies*, 3.ª edição (Londres: Routledge, 1957), II, 270.

cerca de um cavalo-hora de trabalho diário, e com isso deve reabastecer seu corpo exausto. Com o que sobrar, está livre para construir uma civilização.

Por conseguinte, em muitos países, a pura e simples continuidade da existência humana está longe de ser garantida. Nos vastos continentes da Ásia e da África, no Oriente Próximo, mesmo em vários países da América do Sul, a sobrevivência nua e crua é o problema imediato com que se defronta a humanidade. Milhões de seres humanos têm morrido de fome ou desnutrição na era atual, tal como incontáveis centenas de milhões morreram no passado. Nações inteiras estão agudamente conscientes do que significa enfrentar a fome como condição de vida corrente; já se disse, por exemplo, que um camponês de Bangladesh, desde o dia do nascimento até o da morte, nunca terá sabido o que é ter o estômago cheio. Em muitas das chamadas nações subdesenvolvidas, o tempo de vida da pessoa comum é menos de metade daquele dos habitantes das nações desenvolvidas. Não faz muitos anos, um demógrafo indiano fez o cálculo estarrecedor de que, de 100 bebês asiáticos e 100 bebês norte-americanos, mais norte-americanos estariam vivos aos 65 anos de idade do que indianos aos *cinco* anos! As estatísticas, não de vida, mas de morte prematura, na maior parte do mundo, são esmagadoras e trágicas.

### O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE

Assim, podemos ver que a história econômica deve projetar seu foco sobre o problema central da sobrevivência e sobre o modo como o homem tem resolvido esse problema. Para a maioria dos norte-americanos, isso poderá fazer com que a economia pareça uma coisa muito remota. São poucos os que, nos Estados Unidos, têm consciência de algo que se assemelhe a uma luta de vida ou morte pela existência. Que possa ser possível, para nós, experimentar sérias privações, que possamos conhecer em nossos próprios corpos a agonia da fome por que passa um aldeão indiano ou um *peón* boliviano, eis um pensamento quase impossível de ser nutrido a sério pela grande maioria dos norte-americanos.

A não ser em caso de uma guerra catastrófica, é sumamente improvável que venhamos sequer a conhecer o pleno significado da luta pela existência. Não obstante, mesmo em nossa sociedade *próspera e segura*, subsiste, embora despercebido, um aspecto da precariedade da vida, um lembrete do problema subjacente da sobrevivência. E *nossa impotência como indivíduos econômicos*.

Pois é um fato curioso que, quando separarmos os povos mais empobrecidos do mundo, onde o ser humano com suas escassas calorias esgaravata por si mesmo sua parca subsistência, encontrarmos a insegurança econômica do indivíduo multiplicada muitas vezes. O esquimó, o bosquimano, o indonésio ou o nigeriano solitário, entregue a seus próprios recursos, sobreviverá por tempo considerável. Vivendo perto do solo ou de sua presa animal, esse indivíduo pode sustentar sua própria vida sem ajuda de ninguém, ao menos por algum tempo. Numa comunidade de apenas algumas centenas de pessoas, ele pode viver indefinidamente. De fato, uma considerável percentagem da raça humana vive hoje precisamente desse modo — em pequenas comunidades rurais virtualmente auto-suficientes, com um contato mínimo com o mundo à sua volta. Essa vasta parcela da humanidade sofre grande pobreza, mas também conhece certa independência econômica. Se assim não fosse, já teria sido eliminada há muitos séculos.

Quando, por outro lado, nos voltarmos para o habitante de Nova York ou de Chicago, por exemplo, somos impressionados exatamente pela condição oposta, por uma facilidade predominante da vida material conjugada a uma extrema dependência dos outros. Já não podemos imaginar o indivíduo solitário ou a pequena comunidade sobrevivendo sem ajuda nas grandes áreas metropolitanas onde vive a maioria dos norte-americanos, a menos que saqueie armazéns e lojas para obter alimentos e outras necessidades. A esmagadora maioria dos norte-americanos nunca plantou alimento, caçou animais ou criou gado, moeu grão para obter farinha ou mesmo transformou a farinha em pão. Diante do desafio de se vestirem ou construírem suas próprias casas, eles estariam irremediavelmente destreinados e despreparados. Até para fazerem pequenos consertos nas máquinas que os cercam, eles são obrigados a recorrer a outros membros da comunidade cujo mister é consertar carros, reparar encanamentos etc. Paradoxalmente, talvez, quanto mais rica é a nação, mais evidente é essa incapacidade de seu habitante comum para sobreviver sozinho e sem ajuda.

### Divisão do Trabalho

Há, é claro, uma resposta para o paradoxo. Sobrevivemos em nações ricas porque as tarefas que não podemos realizar por nós mesmos são executadas por uma legião de outros indivíduos, a quem podemos recorrer para nos ajudarem. Se não podemos cultivar alimentos, podemos comprá-los; se não podemos prover nossas necessidades, podemos contratar os serviços de alguém que o faça. Essa enorme divisão do trabalho aumenta milhares de vezes nossa capacidade, porquanto nos habilita a beneficiar-nos tanto de nossas próprias

aptidões quanto das de outros. Em nosso próximo capítulo, ela desempenhará papel central.

Entretanto, a par desse inestimável ganho, corre-se certo risco. É um pensamento sombrio e desanimador, por exemplo, que dependamos dos serviços de apenas uns 100 mil homens de uma força nacional de trabalho de mais de 100 milhões para nos fornecerem essa mercadoria básica que é o carvão. Um contingente ainda menor de trabalhadores é responsável pelo funcionamento das locomotivas que rebocam toda a carga transportada por ferrovia nos Estados Unidos. Um número ainda menor — aproximadamente 50 mil — constitui o total de nosso contingente de pilotos da aviação comercial. Se qualquer desses grupos muito pequenos deixar de desempenhar suas funções, seremos afetados: no caso dos pilotos de linhas comerciais, levemente; no dos maquinistas de locomotivas, gravemente; e no dos mineiros de carvão, talvez de maneira desastrosa. Como sabemos, quando, de tempos em tempos, nos defrontarmos com uma greve demorada, toda a nossa máquina econômica titubeia porque um grupo estratégico de executar suas tarefas habituais.

Assim, a par da abundância da existência material, tal como a conhecemos, há uma vulnerabilidade oculta: nossa abundância só é assegurada na medida em que podemos contar com a cooperação organizada de gigantescos exércitos de pessoas. Na verdade, nossa permanente existência como nação rica depende da precondição tácita de que o mecanismo de organização social continue funcionando efetivamente. *Somos ricos, não como indivíduos, mas como membros de uma sociedade rica, e nosso fácil pressuposto de suficiência material só é, na realidade, tão sólido quanto os vínculos que nos forjam num todo social.*

### Economia e Escassez

Logo, por estranho que pareça, devemos concluir que a origem da maioria de nossos problemas econômicos, pelo menos acima do nível de subsistência, é o homem e não a natureza. Na verdade, o próprio problema econômico — ou seja, a necessidade de lutar pela existência — deriva, em última instância, da escassez da natureza. Se não houvesse escassez, os bens seriam tão livres quanto o ar que respiramos, e a economia — pelo menos numa acepção dessa palavra — deixaria de existir como preocupação social.

E, no entanto, se a escassez da natureza prepara o terreno para o problema econômico, ela não impõe as únicas restrições contra as quais os homens devem lutar. Pois a escassez, como condição sentida, não é exclusivamente culpa da natureza. Se os norte-americanos atuais, por exemplo, se

contentassem em viver no nível dos camponeses mexicanos, todas as nossas necessidades materiais poderiam ser plenamente satisfeitas com apenas uma hora ou duas de trabalho diário. Sentiríamos pouca ou nenhuma escassez e nossos problemas econômicos virtualmente desapareceriam. Em vez disso, verificamos nos Estados Unidos — e, de fato, em todas as sociedades industriais — que, na medida em que aumentou a capacidade de elevar a produtividade da natureza, o mesmo aconteceu com o repertório de necessidades humanas. Com efeito, em sociedades como a nossa, em que o *status social* relativo está ligado, de maneira importante, à posse de bens materiais, verificamos freqüentemente que a "escassez" é uma experiência psicológica, a qual se torna tanto mais pronunciada quanto mais ricos formos; nossos desejos de possuir os frutos da natureza ultrapassam com larga margem nossa crescente capacidade de produzir bens.

Assim, as "necessidades" que a natureza deve satisfazer não são, em absoluto, fixas. Mas, a bem-dizer, tampouco os frutos da natureza são constantes. Eles variam numa vasta gama, dependendo da aplicação social da energia e da habilidade humanas. Portanto, a escassez não é somente atribuível à natureza, mas também à "natureza humana"; e a economia, em última análise, não está meramente preocupada com as restrições do meio ambiente físico, mas também com o apetite do ser humano e a capacidade produtiva da comunidade.

### As Tarefas da Sociedade Econômica

Por conseguinte, devemos começar uma análise sistemática da economia des tacando as funções que a organização social deve desempenhar para submeter a natureza humana ao controle social. E quando voltamos nossas atenções para esse problema fundamental, podemos rapidamente discernir que ele envolve a solução de duas tarefas elementares afins e, no entanto, separadas. Uma sociedade deve:

1. organizar um sistema que assegure a produção de bens e serviços suficientes para sua própria sobrevivência, e
2. ordenar a distribuição dos frutos de sua produção, de modo que mais produção possa ter lugar.

*Essas duas tarefas de continuidade econômica são, à primeira vista, muito simples. Mas é uma simplicidade enganadora. Grande parte da história econômica diz respeito à maneira como várias sociedades procuraram enfrentar e solucionar esses problemas elementares, e o que nos impressiona, ao recapitularmos suas tentativas, é que a maioria delas resultou em fracassos par-*

cias. (Não podiam ter sido fracassos *totais*, ou a sociedade não teria sobrevivido.) Assim, é preferível examinarmos mais cuidadosamente as duas principais tarefas econômicas, a fim de apurar que dificuldades ocultas elas podem esconder.

## PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

### Mobilização de Esforços

Com que obstáculos uma sociedade se defronta na organização de um sistema que produza os bens e serviços de que necessita?

Como a natureza é usualmente restrita, parece que o problema da produção deve ser essencialmente o de aplicar proficiência técnica e engenharia aos recursos existentes, evitar desperdícios e utilizar o esforço social de modo tão eficaz quanto possível.

Essa é, sem dúvida, uma tarefa importante para qualquer sociedade, e considerável parcela do pensamento econômico formal, como a própria palavra sugere, é dedicada ao ato de economizar. Entretanto, não é esse o ânimo do problema da produção. Muitíssimo antes de a sociedade poder sequer preocupar-se a respeito de usar suas energias "economicamente", ela deve reunir energias para realizar o próprio processo produtivo. Ou seja, o problema básico da produção consiste em *criar instituições sociais que mobilizem a energia humana para fins produtivos*.

Esse requisito básico nem sempre é facilmente preenchido. Por exemplo, nos Estados Unidos, em 1933, as energias de quase 1/4 da força de trabalho estavam, de um modo ou de outro, impedidas de serem utilizadas no processo de produção. Embora milhões de desempregados de ambos os sexos estivessem ansiosos por trabalhar, embora houvesse fábricas vazias onde eles poderiam trabalhar, apesar da existência de necessidades prementes, um colapso terrível e desorientador interrompeu o processo de produção, com o resultado de que 1/3 da anterior produção anual de bens e serviços simplesmente desapareceu.

Os Estados Unidos não são, em absoluto, a única nação que, ocasionalmente, não tem conseguido encontrar emprego para grande número de trabalhadores dispostos a trabalhar. Nas nações paupérrimas, onde a produção se faz desesperadamente necessária, verificamos amiúde que o desemprego em massa é condição crônica. As ruas de muitas cidades asiáticas estão atraçadas de gente que não pode encontrar trabalho. Mas isso tampouco é condição imposta pela escassez da natureza. No final das contas, há uma

quantidade interminável de trabalho a ser feito, que mais não seja na limpeza de ruas imundas, na reparação de casas dos pobres, na construção de estradas ou na abertura de fossas sanitárias. O que falta é um mecanismo social que mobilize a energia humana para fins de produção. E esse é o caso tanto quanto os desempregados são apenas pequena fração da força de trabalho como quando eles constituem um verdadeiro exército.

Esses exemplos apontam-nos que o problema da produção não consiste somente numa luta física e técnica com a natureza. Desses aspectos de "escassez" do problema dependerão a facilidade com que uma nação pode avançar rumo ao futuro e o nível de bem-estar que ela pode atingir com determinado esforço. Mas a mobilização original do próprio esforço produtivo é um desafio para sua organização social, e do êxito ou fracasso dessa organização social dependerá o volume do esforço humano que pode ser dirigido para a natureza.

### Alocação de Esforços

Mas pôr homens e mulheres a trabalhar é apenas o primeiro passo na solução do problema da produção. Não basta que sejam postos a trabalhar; devem trabalhar *nos lugares certos* a fim de produzirem os bens e serviços de que a sociedade necessita. Assim, *além de assegurarem uma quantidade suficiente grande de esforço social, as instituições econômicas da sociedade devem garantir uma alocação viável desse esforço social*.

Numa nação como a Índia ou a Bolívia, onde a grande maioria da população nasce em aldeias e cresce para se integrar ao campesinato e viver da agricultura, a solução desse problema pouco oferece para perturbar nossa compreensão. As necessidades básicas da sociedade — alimentos e fibras — são precisamente os bens que a população camponesa produz "naturalmente". Numa sociedade industrial, porém, a alocação adequada de esforços torna-se tarefa imensamente complicada. As pessoas nos Estados Unidos pedem muito mais que pão e algodão. Elas precisam, por exemplo, de coisas como automóveis. Entretanto, ninguém produz "naturalmente" um automóvel. Pelo contrário, para se produzir um, deve-se executar um extraordinário espetro de tarefas especiais. Algumas pessoas têm de fabricar aço; outras, borracha. Ainda outras devem coordenar o próprio processo de montagem. E isso é apenas uma amostra minúscula das tarefas nada "naturais" que devem ser executadas para que um automóvel seja produzido.

Tal como na mobilização de seu esforço total de produção, a sociedade nem sempre logra êxito na alocação adequada de seus esforços. Ela pode, por exemplo, produzir carros de mais ou de menos. Mais importante ainda,

ela pode dedicar suas energias à produção de artigos de luxo, enquanto grande número de pessoas está morrendo de fome. Ou pode até provocar o desastre por sua incapacidade de canalizar o esforço produtivo para áreas de importância crítica.

Esses fracassos na alocação podem afetar o problema da produção de modo tão sério quanto o fracasso em mobilizar uma quantidade adequada de esforços, pois uma sociedade viável deve produzir não apenas bens, mas os bens certos. E a questão da alocação alerta-nos para uma conclusão ainda mais ampla. Mostra-nos que o ato de produzir, em si e por si mesmo, não responde plenamente aos requisitos para a sobrevivência. Tendo produzido em quantidade suficiente os bens certos, a sociedade deve agora *distribuir* esses bens para que o processo de produção possa ter continuidade.

#### Distribuição do Produto

**Uma vez mais, no caso do camponês que se alimenta e alimenta sua família com o que ele próprio colhe, esse requisito de distribuição adequada pode parecer bastante simples.** No entanto, quando vamos além da sociedade mais primitiva, o problema nem sempre se resolve tão facilmente. Em muitas das nações mais pobres do Oriente e do Sul, os trabalhadores urbanos têm sido freqüentemente incapazes de fornecer seu cavalo-hora diário de trabalho por não receberem o suficiente do produto da sociedade para manterem suas máquinas humanas funcionando a plena capacidade. Pior ainda, definham a consumiram-se freqüentemente no emprego, enquanto celeiros regurgitavam de cereais e as pessoas abastadas se queixavam da inextirpável indolência das massas. No reverso da medalha, o mecanismo de distribuição porque as recompensas que proporciona não conseguem persuadir as pessoas a executarem suas tarefas necessárias. Pouco depois da Revolução Russa, algumas fábricas foram organizadas em comunas, nas quais gerentes e zeladores juntavam seus salários num "bolo" comum que era depois repartido em quinhões iguais. O resultado foi uma onda de absentismo entre os trabalhadores que eram antes os mais bem pagos e a ameaça de colapso da produção industrial. Só depois de restabelecido o velho sistema de pagamento de salários desiguais é que a produção voltou ao curso anterior.

Tal como no caso de falhas no processo de produção, as deficiências distributivas não acarretam necessariamente um colapso econômico total. As sociedades podem existir — e a maioria delas existe — com esforços produtivos e distributivos seriamente distorcidos. Só raramente, como nos casos acima, é que a má distribuição interfere ativamente na capacidade real de uma sociedade para prover de pessoal seus postos de produção. Mais fre-

quentemente, uma solução inadequada do problema de distribuição revela-se na intranquilidade social e política, ou mesmo em revoluções.

Entretanto, esse também é um aspecto do problema econômico total. Pois se uma sociedade quiser assegurar seu constante reaprovisionamento material, deverá distribuir sua produção de modo a manter não só a capacidade, mas também a disposição de se continuar trabalhando. E assim reencontramos o foco da investigação econômica dirigido para o estudo das instituições humanas. Pois uma sociedade econômica viável, podemos ver agora, deve não só superar a estreiteza de recursos da natureza, mas também controlar a intransigência da natureza humana.

#### TRÊS SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA ECONÔMICO

Assim, para o economista, a sociedade apresenta-se no que para nós é um aspecto inabitual. Por debaixo dos problemas de pobreza, poluição ou inflação, ele vê em operação um processo que deverá entender antes de poder voltar suas atenções para as questões do dia, por mais prementes que sejam. Esse processo é o *mecanismo básico para sobrevivência* da sociedade, um mecanismo para realizar as complicadas tarefas de produção e distribuição necessárias à sua própria continuidade.

Mas o economista vê também algo mais, algo que, à primeira vista, parece deveras assombroso. Observando a diversidade da sociedade contemporânea e, em retrospecto, a vastidão da história, dá-se conta de que a humanidade conseguiu resolver os problemas de produção e distribuição de apenas três maneiras. Ou seja, dentro da enorme diversidade das instituições sociais que guiam e dão forma ao processo econômico, o economista descortina apenas três tipos abrangentes de sistemas que, separadamente ou em combinação, habilitam a humanidade a resolver seu desafio econômico. Esses três grandes tipos sistêmicos podem ser designados como economias governadas pela *Tradição*, pelo *Mando* e pelo *Mercado*. Vejamos sucintamente quais são as principais características de cada um.

#### A Tradição

Talvez o modo mais antigo e, até há muito poucos anos, preponderante de resolver o desafio econômico tenha sido, sem dúvida, o da tradição. Foi um modo de organização social em que produção e distribuição se baseavam em procedimentos criados num passado distante, consolidados por um longo pro-

cesso de ensaio e erro histórico e mantido por pesadas sanções da lei, dando costume e da crença.

As sociedades baseadas na tradição resolvem os problemas económicos de maneira muito exequível. Em primeiro lugar tratam do problema da produção — o problema de assegurar que as tarefas indispensáveis sejam realizadas — transmitindo aos filhos os ofícios dos pais. Assim, uma cadeia de hereditariedade garante que as qualificações serão transmitidas e as ocupações desempenhadas de geração para geração. No antigo Egito, escreveu Adam Smith, o primeiro grande economista, "todo o homem estava obrigado

por um princípio religioso a seguir a ocupação de seu pai e estaria cometendo o mais nefando sacrilégio se mudasse para outra".<sup>2</sup> E não foi só na antiguidade que a tradição preservou uma ordem produtiva no seio da sociedade. Em nossa cultura ocidental, até os séculos XV e XVI, a alocação hereditária de tarefas também foi a principal força estabilizadora na sociedade. Embora ocorresse certo movimento do campo para a cidade e de profissão para profissão, o nascimento determinava usualmente o papel de cada um na vida. Um indivíduo nascia para cultivar a terra ou para um ofício; e, na terra ou no ofício, cada indivíduo seguia os passos dos antepassados.

Assim, a tradição foi a força estabilizadora e impulsora por trás de um grande ciclo repetitivo da sociedade, assegurando que o trabalho da sociedade seria realizado cada dia de modo idêntico ao que tinha sido realizado no passado. Ainda hoje, entre as nações menos industrializadas do mundo, as tradições continuam desempenhando esse imenso papel organizador. Na Índia, por exemplo, até data muito recente, um indivíduo nascia numa casta que tinha sua própria profissão. “Melhor é o teu próprio trabalho, mesmo executado com defeito”, pregou o Bhagavad-Gita, o grande poema filosófico e moral da Índia, “do que fazer o trabalho de outros, ainda que de modos excelente”

A tradição não só proporciona uma solução para o problema de produção da sociedade, mas também regula o problema da distribuição. Veja-se, por exemplo, os bosquímanos do deserto de Kalahari, na África do Sul, que dependem, para sua existência, de seus talentos de caçadores. Elizabeth Marshall Thomas, uma observadora sensível desse povo, descreve a maneira como a tradição resolve o problema de distribuição dos animais abatidos na caça.

O Custo da Irradiac

teira, sua mulher, uma das patas e o estômago, os rapazes tiveram pedaços do intestino. Twikwe recbera a cabeça e Dasina, o übere. Parece muito desigual quando se observam bosquimanos dividindo a caça; no entanto, é o sistema deles e, no final, nenhuma pessoa come mais que uma qualquer outra. Nesse dia, Ukwane deu a Gai ainda outra pega porque Gai era seu parente, Gai deu carne a Dasina porque ela era a mãe de sua mulher [...]. Ninguém, é claro, contestou o abundante quinhão de Gai porque ele tinha sido o caçador e, segundo a lei deles, essa porção era a que lhe pertencia. Ninguém duvidava de que ele repartiria sua grande quantidade de carne com outros, e não estavam errados, é claro, pois Gai o fez.<sup>3</sup>

## O Custo da Tradição

*...Mais o mais importante é o contínuo apoio na tradição, mesmo nos Estados Unidos, como meio de resolver o problema da produção — ou seja, na diss*

O antílope desapareceu [...]. Gai ficou com duas pernas traseiras e um dianteira. Tsechwe teve carne do lombo, Ukwane recebeu a outra perna dianteira.

pela tradição. Todos temos conhecimento de famílias em que os filhos seguem a carreira dos pais numa profissão ou num negócio. Em escala um tanto mais ampla, a tradição também nos dissuade de certos empregos. Os filhos de famílias norte-americanas de classe média, por exemplo, em geral não procuram trabalho numa fábrica, muito embora numerosos empregos em fábricas possam pagar melhores salários do que empregos em escritórios; e isso porque o emprego manual não se enquadra na tradição da classe média. Assim, mesmo em nossa sociedade — que não é, claramente, uma sociedade "tradicional" — o costume pode fornecer um importante mecanismo para resolver o problema econômico. Mas cumpre-nos agora assinalar uma consequência muito importante dos mecanismos da tradição. *Sua solução para os problemas de produção e distribuição é estática.* Uma sociedade que adota o caminho da tradição em sua regulação dos assuntos econômicos o faz em detrimento da mudança social e econômica rápida e em larga escala.

Assim, a economia de uma tribo beduína ou de uma aldeia birmanesa está hoje mudada em poucos aspectos essenciais em relação ao que era há 100 ou mesmo mil anos. En sua esmagadora maioria, as pessoas que vivem em sociedades presas à tradição repetem, nos padrões cotidianos de sua vida econômica, a rotina que as caracterizava no passado distante. Tais sociedades podem ascender e declinar, prosperar e decair, mas eventos externos — guerra, clima, aventuras e desventuras políticas — são os principais responsáveis por suas vicissitudes e mudanças. A mudança econômica interna, auto-generada, constitui apenas um pequeno fator na história da maioria dos Estados presos à tradição. *A tradição resolve o problema econômico, mas o faz em detrimento do progresso econômico.*

### Mando

Uma segunda maneira de resolver o problema da continuidade econômica também revela uma linhagem antiga. É o método da autoridade imposta, domando econômico. Trata-se de uma solução baseada não tanto na perpetuação de um sistema viável pela reprodução imutável de seus métodos, mas na organização de um sistema de acordo com as ordens estabelecidas por um comandante-em-chefe econômico.

Não é raro encontrarmos esse método autoritário de controle econômico sobreposto a uma base social tradicional. Assim, os faraós do Egito aplicaram suas prescrições econômicas por sobre o círculo imutável da prática agrícola tradicional em que a economia egípcia se baseava. Com suas ordens, os governantes supremos do Egito impulsionaram o enorme esforço econômico

que construiu as pirâmides, os templos, as estradas. Heródoto, o historiador grego, conta-nos como o faraó Quéops organizou a tarefa:

[Quéops] ordenou a todos os egípcios que trabalhassem para ele. Alguns, portanto, foram designados para transportar pedras das pedreiras nas montanhas árabes até o Nilo, a outros ele ordenou que recebessem as pedras quando transportadas em navios de um lado para o outro do rio [...]. E trabalharam em número de centenas de milhares de homens de cada vez, cada grupo durante três meses. O período de tempo durante o qual o povo foi assim sacrificado e dizimado pelo árduo trabalho durou 10 anos na estrada que essa gente construiu e pela qual carregou as pedras; um trabalho que, em minha opinião, não foi muito inferior ao da própria Pirâmide.<sup>4</sup>

O modo de organização econômica autoritária não estava limitado ao antigo Egito. Encontramo-lo também nos despotismos da China clássica e medieval que produziram, entre outras coisas, a colossal Grande Muralha, ou no trabalho escravo por meio do qual muitas das grandes obras públicas da antiga Roma foram construídas ou, a bem-dizer, em qualquer economia escravista, incluindo a dos Estados Unidos pré-Guerra Civil. É claro, encontramo-lo hoje nas determinações das autoridades econômicas comunistas. De forma menos drástica, o mesmo modo autoritário de organização econômica está também presente em nossa própria sociedade; por exemplo, na forma de impostos — ou seja, o direito de preempção de parte de nossa renda pelas autoridades públicas para fins públicos.

O mando econômico, tal como a tradição, oferece soluções para os problemas gêneos de produção e distribuição. Em tempos de crise, como guerra ou fome, pode ser a única maneira pela qual uma sociedade tem possibilidade de organizar sua força de trabalho ou distribuir seus bens efetivamente. Mesmo nos Estados Unidos, comumente decretamos a lei marcial quando uma área foi devastada por um grande desastre natural. Em tais ocasiões, podemos mobilizar compulsoriamente as pessoas para que prestem determinados serviços, requisitar edifícios ou mesmos residências particulares, impor restrições ao uso de propriedades privadas, como automóveis, ou até limitar a quantidade de bens que uma família poderá consumir.

A parte sua óbvia utilidade para enfrentar emergências, o mando tem uma utilidade adicional na solução do problema econômico. Diferentemente da tradição, o exercício do mando não possui o efeito inerente de reduzir o ritmo da mudança econômica. De fato, o exercício de autoridade é o mais poderoso instrumento de que a sociedade dispõe para *inserir a mudança econ-*

<sup>4</sup> Histories, trad. de Cary (Londres: 1901), Livro II, p. 124.

nómica. A autoridade na China moderna ou na Rússia, por exemplo, efetuou alterações radicais nos sistemas de produção e distribuição. Mas também na nossa própria sociedade é necessário, por vezes, que a autoridade econômica intervenga no fluxo normal da vida econômica para acelerar ou para gerar mudanças. O Governo pode, por exemplo, utilizar suas receitas fiscais para criar uma rede de estradas que coloque uma comunidade estagnada no fluxo da vida econômica ativa. Pode elaborar um sistema de irrigação que mudará radicalmente a vida econômica de uma vasta região. E pode alterar deliberadamente a distribuição de renda entre classes sociais.

### O Impacto do Mando

É evidente que o mando econômico exercido no quadro de referência de um processo político democrático é muito diferente do que se exerce numa ditadura; há uma distância social intensa entre um sistema tributário controlado pelo Congresso e a expropriação direta ou o recrutamento forçado de mão-de-obra por um senhor supremo e indiscutível. Mas, embora os meios possam ser muito mais moderados, o mecanismo é o mesmo. Em ambos os casos, o mando desvia o esforço econômico para metas escolhidas por uma autoridade superior. Em ambos os casos, ele interfere na ordem existente de produção e distribuição, a fim de criar nova ordem estabelecida de cima para baixo.

Isso, em si mesmo, não serve para recomendar ou condenar o exercício do mando. A nova ordem imposta pelas autoridades pode ofender ou agradar nosso senso de justiça social, tal como pode melhorar ou piorar a eficiência econômica da sociedade. O mando pode, é claro, ser um instrumento de vontade tanto democrática quanto totalitária. Não existe julgamento moral implícito a ser emitido acerca desse segundo dos grandes mecanismos de controle econômico. Mas é importante assinalar que nenhuma sociedade — certamente, nenhuma sociedade moderna — está isenta de seus elementos de mando, tal como nenhuma está desprovida da influência da tradição.

*Se a tradição é o grande freio à mudança social e econômica, o mando econômico pode ser o grande incentivo para a mudança.* Como mecanismos para garantir a solução bem-sucedida dos problemas econômicos, ambos servem a seus objetivos, ambos têm seus usos e inconvenientes. Entre eles, tradição e mando respondem, em maior parte da longa história dos esforços econômicos do homem para dominar seu meio ambiente e dominar-se a si mesmo. O fato de a sociedade humana ter sobrevivido é testemunho da eficácia desses mecanismos.

### O Mercado

Mas também existe uma terceira solução para o problema econômico, uma terceira forma de manter padrões socialmente viáveis de produção e distribuição. É a *organização de mercado da sociedade* — uma organização que, de modo verdadeiramente notável, permite à sociedade assegurar seu próprio aprovigionamento com um mínimo de recurso à tradição ou ao mando.

Por vivermos numa sociedade governada pelo mercado, somos suscetíveis de considerar axiomática a natureza desconcertante — na verdade, quase paradoxal — da solução de mercado para o problema econômico. Mas vamos supor, por um momento, que pudéssemos atuar como conselheiros econômicos de uma sociedade que ainda não tivesse decidido qual o seu modo de organização econômica. Suponha-se, por exemplo, que fôssemos convidados a atuar como consultores de uma das novas nações emergentes no continente africano ou asiático.

Poderemos imaginar os líderes de uma dessas nações dizendo:

— Sempre tivemos um modo de vida altamente preso à tradição. Nossos homens caçam e cultivam os campos e executam suas tarefas como foram ensinados a fazer pela força do exemplo e pelas instruções de seus anciãos. Também sabemos algo sobre o que pode ser feito pelo mando econômico. Estamos preparados, se necessário, para assinar um decreto tornando compulsório, para muitos de nossos homens, trabalhar em projetos comunitários com vistas ao nosso desenvolvimento nacional. Diga-nos se existe qualquer outra maneira em que possamos organizar nossa sociedade para que ela funcione com êxito — ou, melhor ainda, com *mais* êxito.

Suponha-se ainda que respondamos:

— Sim, há outra maneira. Organizem a sociedade segundo as diretrizes de uma economia de mercado.

— Muito bem — dizem os líderes. — E que diremos às pessoas que façam? Como encaminhá-las às várias tarefas?

— Eis o aspecto fundamental — responderíamos. — Numa economia de mercado, ninguém é designado para qualquer tarefa. De fato, a principal idéia de uma sociedade de mercado é que se permite a cada pessoa decidir por si mesma o que fazer.

Espalha-se a consternação entre os líderes.

— Você quer dizer que não se designam alguns homens para a mineração e ourros para a criação de gado? Não há um jeito de mandar alguns cuidarem dos transportes e outros responsabilizarem-se pela tecelagem? Você deixa as pessoas decidirem isso por si mesmas? Mas que acontece se elas não decidirem corretamente? Que acontece se ninguém se apresentar vo-

juntariamente para ir trabalhar nas minas ou se ninguém se oferecer como maquinista para a estrada de ferro?

— Podem ficar tranqüilos — dizemos aos líderes. — Nada disso acontecerá. Numa sociedade de mercado, todos os empregos serão preenchidos porque será vantajoso para as pessoas preenche-lôs.

Nossos interlocutores aceitam isso com expressões relutantes. Finalmente, um deles diz:

— Muito bem. Vamos supor que aceitemos seu conselho e permitamos ao nosso povo fazer o que lhe apeteça. Falemos de algo específico, como a produção de vestuário. Como ficaremos o nível certo de produção de roupa nessa sua "sociedade de mercado"?

— Mas não se fixa! Então como vamos saber se haverá uma quantidade suficiente de roupa produzida?

— Haverá. O mercado cuidará disso.

— Então como saberemos que não se produzirá roupa *demais*? — indaga ele, com ar triunfante.

— Ah, o mercado também cuidará disso!

— Mas o que é afinal esse mercado que fará essas maravilhas? Quem o dirige?

— Oh, ninguém dirige o mercado. Ele dirige-se a si mesmo. De fato, não existe realmente tal coisa a que se possa chamar "o mercado". É apenas uma palavra que usamos para descrever o modo como as pessoas se comportam.

— Mas eu pensei que as pessoas se comportavam da maneira que queriam!

— E assim fazem — dizemos. — Mas não tenham medo. Elas desejarião comportar-se do modo que vocês querem que elas se comportem.

— Receio — diz o chefe da delegação — estarmos perdendo nosso tempo. Pensávamos que você tinha em mente uma proposta séria. O que sugere é inconcebível. Bom dia, senhor.

Poderíamos sugerir seriamente a essa nação emergente que se entregasse a uma solução de mercado do problema econômico? Eis um problema a que voltaremos no final do nosso livro. Mas a perplexidade que a ideia de mercado provoca na mente de algumas pessoas não-familiarizadas com ela pode servir para aumentar nossa admiração pelo mais sofisticado e interessante de todos os mecanismos econômicos. Como é que o sistema de mercado nos garante que nossas minas encontrarão mineiros ou nossas fábricas, operários? Como cuida da produção de roupa? Como se explica que, numa nação governada pelo mercado, cada pessoa possa, de fato, fazer

o que deseja e, no entanto, satisfaça as necessidades que a sociedade, como um todo, apresenta?

### Economia e Sistema de Mercado

A economia, tal como é comumente concebida e como a estudaremos em grande parte deste livro, trata primordialmente desses problemas. As sociedades que se apóiam principalmente na tradição para solucionar seus problemas econômicos são de menos interesse para o economista profissional do que para o antropólogo cultural ou o sociólogo. As sociedades que resolvem seus problemas econômicos primordialmente pelo exercício do mando apresentam interessantes questões econômicas, mas, nesse caso, o estudo da economia é necessariamente subordinado ao da política e ao do exercício do poder.

A sociedade que resolve seus problemas econômicos pelo processo de mercado é a que apresenta um aspecto especialmente interessante para o economista. É evidente que muitos dos problemas (embora não todos) com que nos deparamos hoje nos Estados Unidos se relacionam com o bom ou mau funcionamento do sistema de mercado. E precisamente *porque* nossos problemas contemporâneos surgem muitas vezes em decorrência das operações do mercado é que estudamos a própria economia. Ao contrário do caso da tradição e do mando, em que apreendemos rapidamente a natureza do mecanismo econômico da sociedade, quando nos voltamos para uma sociedade de mercado estamos perdidos se não temos um conhecimento da ciência econômica. Pois, numa sociedade de mercado, não está absolutamente claro que até os mais simples problemas de produção e distribuição sejam resolvidos pela livre interação de indivíduos sem orientação da tradição ou do mando; tampouco está claro como e em que medida o mecanismo de mercado deve ser responsabilizado pelos males da sociedade; no final das contas, também podemos encontrar pobreza, má alocação e poluição em economias não orientadas pelo mercado!

Em partes subsequentes deste livro, analisaremos essas intrigantes questões em maior detalhe. Mas a tarefa de nossa exploração inicial deve estar por agora esclarecida. Conforme sugeriu a entrevista imaginária com os líderes de uma nação emergente, a solução de mercado parece muito estranha a algumas pessoas criadas nos preceitos da tradição ou do mando. Logo, surgem as inevitáveis perguntas: Como foi que nasceu a própria solução de mercado? Ela foi imposta, totalmente amadurecida, à nossa sociedade, em alguma data remota? Ou surgiu espontaneamente e sem premeditação?

Essa é a questão central da história econômica para a qual nos voltaremos agora, ao descrevermos a evolução de nosso próprio sistema de mercado a partir das sociedades do passado, dominadas pela tradição e pelo mando.

## Conceitos e Termos Fundamentais

**Aprovisionamento de necessidades** 1. A economia é, fundamentalmente, o estudo de como a humanidade assegura sua suficiência material, de como as sociedades se organizam para seu *aprovisionamento material*.

**Escassez** 2. Surgem problemas econômicos porque as necessidades da maioria das sociedades excedem os recursos da natureza, dando origem à condição geral de *escassez*.

3. A escassez por seu turno (quer resulte das restrições da natureza ou dos apetites do homem), impõe à sociedade duas tarefas severas:

**Produção** (a) ela deve mobilizar suas energias para *produção* — produzindo não apenas bens suficientes, mas os bens certos, e (b) deve resolver o problema de *distribuição*, encontrando uma solução satisfatória para o problema de "Quem Recebe o Quê?".

**Divisão do trabalho** 4. Esses problemas existem em todas as sociedades, mas são especialmente difíceis de resolver nas sociedades avançadas, em que existe uma extensa *divisão do trabalho*. As pessoas que vivem em sociedades ricas são socialmente muito mais interdependentes do que as que vivem em sociedades simples.

5. No transcurso da história, evoluíram três tipos de soluções para os dois grandes problemas econômicos. São elas: a *Tradição*, o *Mundo* e o *Sistema de Mercado*.

**Tradição** 6. A tradição resolve os problemas de produção e distribuição através da *comunidade de tarefas* e recompensas através de instituições sociais como o sistema de castas. *Tipicamente, a solução econômica imposta por tradição é estática* dando

lugar a poucas mudanças durante longos períodos de tempo.

**Mando** 7. O mando resolve o problema econômico imposto alocações de esforços ou recompensas pela *autoridade governante*. O mando pode ser um meio para se realizar uma *mudança* econômica rápida e extensa. Pode assumir uma forma totalitária extrema ou uma forma democrática moderada.

**Mercado** 8. O sistema de mercado é um modo complexo de organização da sociedade em que a ordem e a eficiência surgem "espontaneamente" de uma sociedade aparentemente desprovida de controles. Investigaremos o sistema de mercado em grande detalhe nos capítulos subsequentes.

## Questões

1. Se pudéssemos produzir todo o alimento de que precisamos em nosso próprio quintal dos fundos, e se a tecnologia fosse tão avançada que todos pudéssemos fazer o que quiséssemos no porão de nossa casa, existiria um "problema econômico"?

2. Suponhamos que todas as pessoas sejam completamente versáteis — capazes de fazer o trabalho de qualquer um tão bem quanto o que elas próprias fazem. Uma divisão do trabalho ainda seria útil na sociedade? Por quê?

3. A moderna sociedade econômica é descrita, por vezes, como dependente dos "homens de empresas", que permitem ter suas vidas dirigidas pelas grandes companhias para as quais trabalham. Supondo-se que essa descrição tenha certo vistumbre de verdade, você pensa que a sociedade moderna deve ser descrita como uma sociedade de Tradição, de Mando ou de Mercado?

4. De que maneira seus próprios planos para o futuro coincidem ou divergem das ocupações de seus pais? Você pensa que o chamado conflito de gerações é observável em todas as sociedades modernas?

7. A Bíblia tem várias referências hostis à atividade lucrativa — “É mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus.” Segundo você, a que se deve esta antiga antipatia eclesiástica da atividade lucrativa? Por quê?
8. Em nossa própria sociedade ainda existe a idéia de um preço “justo” (ou salário “justo”)? Normalmente, o que se quer dizer com esses termos? Você acha que essas idéias são compatíveis com o sistema de mercado?

3

9. O sistema dominial persistiu por quase 1000 anos. Por que a mudança foi tão lenta?
10. A Grécia e a Roma antigas eram muito mais “modernas”, em certo sentido, do que a Europa feudal. Entretanto, nenhuma delas estava sequer próxima de um sistema econômico moderno. Por que não?

CAPS. 3 ~~ME~~

### O APARECIMENTO DA SOCIEDADE DE MERCADO

**T**RADÇÃO, ordem, estabilidade — tais eram os conceitos básicos da sociedade econômica da Idade Média, e em nosso capítulo anterior travamos conhecimento com essa forma estratégica e desconhecida para nós da vida econômica. Mas nosso intuito neste capítulo é diferente. Já não se trata de descrever os fatores que preservaram a estabilidade econômica da sociedade medieval, mas de identificar aquelas forças que finalmente a destruíram.

Novamente precisamos proceder com cautela. Nossa capítulo abarca uma variedade infinita de experiência histórica. Não sejamos levados a pensar que as forças de mudança que predominam neste capítulo fossem idênticas de região para região ou século após século, ou que a transição efetuada fosse uniforme através de toda a extensão da Europa. Pelo contrário, a grande evolução que iremos presenciar nestas páginas não foi clara e nítida, mas confusa e irregular. Ao mesmo tempo que as primeiras evidências de uma verdadeira sociedade de mercado começavam a manifestar-se nas cidades medievais da Itália e da Holanda, as mais arcaicas formas de relações feudais persistiam nos setores agrícolas dessas mesmas nações, e mesmo na vida citadina de outros países. Devemos ter em mente que o processo histórico deste capítulo estendeu-se do século X ao XVII (e mesmo aos séculos XVIII e XIX) e não se manifestou da mesma forma em dois países quaisquer.

Devidamente acautelados, podemos agora tratar da grande evolução. Que agentes tiveram forças suficientes para

efetuar a importante transformação histórica que deu origem à sociedade de mercado?

### O Mercador Itinerante

Vamos encontrar a primeira dessas forças sob um aspecto imprevisto. Imaginemos uma pequena procissão irregular de homens armados, arrastando-se pelas estradas rurais da Europa medieval: à frente o porta-estandarte, em seguida um chefe militar, um grupo de cavaleiros armados de arcos e espadas, e finalmente uma caravana de camelos e mulas carregados de fardos e pipas, sacos e embrulhos.

Alguém não familiarizado com a vida medieval poderia facilmente tomar esse bando como sendo a bagagem de um pequeno exército. Mas estaria enganado. Esses homens não eram soldados, porém mercadores, os mercadores ambulantes a quem os ingleses do século XII chamavam de *pieds poudreux*, pés poeirentos. Não é de admirar que andassem empoeirados; muitos deles tinham atravessado longas distâncias através de estradas tão mas que sabemos de um caso em que somente com a intervenção de um senhor feudal eclesiástico foi possível evitá-lo que se lavrasse a "estrada" como terreno de cultivo. Em seus fardos e sacos havia objetos que tinham feito viagens perigosas através da Europa, e às vezes mesmo desde a Arábia ou a Índia, para serem vendidos de cidade em cidade ou de pousada em pousada, à medida que esses mercadores aventureiros prosseguiam seu caminho penetrando o interior medieval.

E aventureiros o eram de fato. Pois nas hierarquias rígidas das grandes propriedades dominiais da Europa não havia lugar normal para esses mascates errantes, com seus predicados não-feudais de cálculos e (ainda que grosseira) contabilidade, e sua instintiva insistência em comerciar com dinheiro. Os mercadores viajantes eram colocados em nível muito baixo na sociedade. Muitos deles, sem dúvida, eram filhos de servos, e mesmo alguns servos fugitivos. Mas como não se podia provar sua servidão, tinham, ao menos por omisso, o dom da "liberdade". Não seria surpresa que aos olhos dos nobres os mercadores parecessem arrivistas, elementos perturbadores da ordem normal das coisas.

Contudo, ninguém dispensava seus serviços. Ao dossel de suas tendas coloridas acorriam os cavaleiros e damas dos

domínios bem como os Bodos e Ermentrudes rurais. Além disso, onde mais se poderia comprar pimenta, ou tinta púrpura, ou adquirir uma lasca autêntica da Santa Cruz? Onde mais se podia adquirir os maravilhosos tecidos da Toscana ou aprender palavras esotéricas, derivadas do árabe, tais como "jarro" ou "xarope"? Se o mercador era um fermento de inquietação na massa da vida medieval, era igualmente uma pitada do ingrediente ativo sem o qual a mistura teria saído realmente insossa.

Assinalamos a existência do mercador itinerante na Europa desde os séculos VIII e IX, e podemos seguir seu avanço até os séculos XIV e XV. Por esse tempo, o comércio, graças principalmente aos esforços do próprio mercador, já estava suficientemente organizado para dispensar os serviços dos mascates.<sup>28</sup> Pois o que esses viajantes trouxeram, juntamente com seus utensílios, foi o primeiro sopro do comércio e do intercâmbio a uma Europa que estava afundada numa estagnação senhorial auto-suficiente e a bem dizer sem comércio. Mesmo cidades inexpressivas e isoladas como Forcalquier, na França — um minúsculo ponto no mapa tendo quando muito uma estrada para ligar suas poucas centenas de almas ao mundo exterior — esses comerciantes audazes percorreram: sabemos, através de um primitivo livro de assentamentos, que, em maio de 1331, trinta e seis mercadores viajantes visitaram Forcalquier para tratar de negócios na casa e na "venda" de um tal Ugo Terali, tabelião.<sup>29</sup> E assim, em milhares de comunidades isoladas, foram lentamente tecendo uma teia de interdependência econômica.

### A Urbanização

Importante consequência do aparecimento do mercador itinerante foi a lenta urbanização da vida medieval, a criação de novas cidades e povoados. Quando os mercadores estacionavam, era natural que buscassem o sítio protegido de um burgo ou castelo local. E assim vamos encontrar, desen-

<sup>28</sup> Documentos de uma encomenda feita por ocasião do funeral de um nobre sueco em 1328 incluem açafão da Espanha ou da Itália, sementes de alcaravia do Mediterrâneo, gengibre da Índia, canela do Celião, pimenta de Malabar, aniz do sul da Europa e vinhos do Reno e de Bordéus. O pedido foi feito para entrega imediata a um mercador local, a despeito do fato de ser a Suécia de então uma terra primitiva e atrasada. Cf. Fritz Röhrig, *Mittelalterliche Weltwirtschaft* (Iena: 1933), p. 17. (Devo essa referência ao Dr. Goran Ohlin.)  
<sup>29</sup> Cambridge Economic History of Europe, II, pp. 325-26.

volvendo-se em torno das muralhas dos castelos bem situados — nos *foris burgis*, donde *faubourg*, a palavra francesa para "subúrbio" — praças de comércio mais ou menos permanentes, que por sua vez se tornariam o centro de formação de pequenas cidades. Abrigados junto às muralhas dos castelos para efeito de proteção, os novos burgos apesar disso não pertenciam "ao" domínio. Os habitantes do burgo — os *burgesses*, *burghers*, *bourgeois*, ou seja, os burgueses — tinham quando muito relações anômalas e inseguras com o interior do mundo dominial. Como vimos, não se aplicava a lei dos "velhos costumes", consagrados pelo tempo, no julgamento de suas querelas, já que não havia costumes抗igos nos agrupamentos comerciais. Nem havia normas definidas para a cobrança de impostos ou para os determinados graus de fidelidade que deviam aos mestres locais. Pior ainda, algumas das cidades nascentes começaram a erguer muralhas em redor de si próprias. Por exemplo, já havia absorvido a velha fortaleza como se esta fosse o grão de areia do interior da pérola.

O curioso é que foi exatamente essa luta pela existência nos interstícios da sociedade feudal que proporcionou muito do impulso para o desenvolvimento de uma nova ordem econômica e social em relação à cidade. Em todas as civilizações anteriores, as cidades eram os postos avançados do governo central. Aqui, pela primeira vez, existiam como entidades independentes, fora da estrutura básica do poder social. Em consequência, conseguiram estabelecer um código social. Em consequência, conseguiram estabelecer um código de leis e de comportamento social e um conjunto de instituições administrativas que iriam finalmente se sobrepor às questões do ruralismo feudal.

O processo foi lento e demorado, pois o índice de crescimento das cidades era de hábito moroso. Em cerca de dois séculos entre os anos 1086 e 1279, por exemplo, a cidade de Cambridge, na Inglaterra, cresceu na média de uma casa por ano.<sup>30</sup> Uma razão importante para essa taxa de expansão quase imperceptível era a dificuldade de mobilizar homens e materiais pelas terríveis estradas. Uma consequência do declínio do poder romano foi a decadência do outrora magnífico sistema de estradas: seu próprio calçamento era surrupiado e utilizado como material de construção, nos

anos de pior desorganização social. Até que as estradas fossem recuperadas, o movimento econômico era limitado e claudicante. E vale a pena observar que em muitas partes da Europa só nos séculos XVII e XIX é que se veio a gozar de um sistema de transporte tão eficiente quanto o da antiga Roma.

Contudo, se o crescimento era arrastado, também era estável; e em outras regiões mostrava-se bastante mais rápido. Durante os mil anos da Idade Média, cerca de mil cidades foram fundadas na Europa, um estímulo enorme à comercialização e monetização da vida, pois cada cidade possuía empório local, portas de peage e às vezes casa de cunho; celeiros e vendas, tabernas e hospedagens, um ar de "vida de cidade" que contrastava violentemente com o do campo. O lento crescimento espontâneo da vida urbana foi fator preponderante na introdução de uma aparência de mercado na vida econômica da Europa.

### As Cruzadas

O aparecimento do mercador itinerante e o surto das cidades foram dois grandes fatores na lenta evolução da sociedade de mercado durante a vida econômica medieval; um terceiro fator foram as Cruzadas.

Parce ironia da História o fato de terem as Cruzadas, a suprema aventura religiosa da Idade Média, contribuído tanto para o estabelecimento de uma sociedade a que a Igreja se opunha com tenacidade. Mas se considerarmos as Cruzadas, não do ponto de vista do impulso religioso, mas sim plenamente como expedições de exploração e colonização, o impacto econômico que causaram se torna muito mais compreensível.<sup>31</sup>

As Cruzadas serviram para colocar em súbito e surpreendente contato dois mundos muito diversos. Um deles era a sociedade feudal europeia ainda entorpescida, com luta a sua inércia rural, sua aversão ao comércio e suas concepções ingênuas da atividade econômica; outro era a brilhante sociedade de Bizâncio e de Veneza, com sua vitalidade urbana, sua imperturbável satisfação em ganhar dinheiro e seus resultados inéditos métodos comerciais. Os cruzados, vindos do iso-

<sup>31</sup> Devemos notar aqui algumas das complexas interações do processo que estamos estudando. Pois as Cruzadas não foram apenas uma causa do desenvolvimento econômico europeu, mas igualmente um sintoma do desenvolvimento que se realizara anteriormente.

lamento de seus castelos e da sensaboria da vida dominial, pensavam encontrar no Oriente apenas um bando de selvagens incultos e pagãos. Surpreenderam-se ao se defrontarem com um povo muito mais civilizado, infinitamente mais suculento e muito mais propenso ao dinheiro do que eles.

Um dos resultados foi que os cíndicos cruzados acabaram sendo os defensores dos interesses comerciais de que eles pouco entendiam. Durante as três primeiras cruzadas, os venezianos, que armaram os navios, os enganaram deslavadamente como se fossem matutos de feira. O fato de terem sido esbulhados não impediu contudo que os cruzados chegassem à Terra Santa, embora com resultados discutíveis. Mas na célebre Quarta Cruzada (1202-4), Dândolo, o astuto doge de Veneza, de 94 anos de idade, conseguiu subverter inteiramente a expedição religiosa, transformando-a numa gigantesca operação de pilhagem, do que se aproveitaram os venezianos.

Primeiro, Dândolo exigiu dos viajantes pelo transporte um preço inicial de 85 000 marcos de prata, soma enorme para aquela nobreza sem dinheiro conseguir juntar. Depois, quando os fundos foram angariados, recusou-se a manter o preço a menos que os cruzados concordassem em atacar a cidade de Zara, rica inimiga comercial de Veneza. Como a cidade fosse cristã e não uma comunidade "infiel", o Papa Inocêncio III mostrou-se horrorizado e sugeriu que em vez disso fosse o ataque dirigido contra o Egito pagão. Mas o Egito era um dos melhores freqüentes de Veneza, e isso horrorizou ainda mais a Dândolo. Os cruzados, em dificuldades, não tiveram alternativa: Zara capitulou em breve, após o que, por insistência de Dândolo, saquearam igualmente a cristã Constantinopla. O Oriente "pagão" nunca foi alcançado afinal, mas Veneza aproveitou-se magnificamente de tudo.

Contudo, nem só Veneza saiu lucrando. O impacto econômico sofrido pelos próprios cruzados foi muito mais formidável que o impacto religioso. Para muitos foi no entanto desastroso, pois alguns cavaleiros que fundiram seus objetos de prata para se unirem aos cruzados retornaram aos domínios completamente sem nada. Para outros, entretanto, as Cruzadas trouxeram um novo impulso econômico. Quando em 1101, por exemplo, os genoveses atacaram Cesaréia, porto marítimo da Palestina, 8 000 soldados e marinheiros embolsaram a recompensa de 48 solidi cada um, e mais duas

libras de pimenta — e assim estavam nascendo 8 000 pequenos capitalistas.<sup>32</sup> E em 1204, quando Constantinopla caiu, não apenas os cavaleiros receberam cada um vinte marcos de prata como parte do saque, mas até os escudeiros e arqueiros foram contemplados com alguns marcos cada um.

As Cruzadas propiciaram, pois, uma experiência fecundante à vida europeia. A velha base latifundiária da "ribeira" entrou em contato com uma nova base monetária que se mostrava muito mais poderosa. De fato, a velha concepção da vida foi ela própria forçosamente revista ante o vislumbre de uma existência não somente abastada como mais alegra e mais plena. Como meio de sacudir de sua rotina uma sociedade apática, as Cruzadas desempenharam importante papel no aceleramento das transformações econômicas da Europa.

### O Fortalecimento do Poder Nacional

Outro fator na lenta comercialização da vida econômica foi o amalgamamento gradual das fragmentárias entidades econômicas e políticas da Europa em blocos mais expressivos. Como se viu pela dissolução da vida econômica em consequência da desintegração do velho Império Romano, uma sociedade econômica forte requer ampla e firme base política. Por isso, quando a Europa política começou seu lento processo de reurdimento, novamente seu ritmo econômico começou a elevar-se.

Uma das mais impressionantes características da Idade Média e um de seus maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico foram a fragmentação e o isolamento de suas áreas de governo. Numa jornada de cem milhas, um mercador viajante poderia percorrer uma dúzia de diferentes soberanias, cada qual com suas leis, regulamentos, pesos, medidas e moeda próprios. Pior ainda, na fronteira de cada uma delas havia a possibilidade de pagar peagem. Por volta dos séculos XIII e XIV acreditava-se haver mais de trinta postos de peagem ao longo do rio Wesser e pelo menos trinta e cinco ao longo do Elba; no Reno, um século depois, havia mais de sessenta desses postos, a maioria pertencente a principais eclesiásticos locais: Thomas Wykes, cronista inglês, descreveu o sistema como sendo "a loucura furiosa dos teutões". Mas a doença não grassava somente na Alemanha.

<sup>32</sup> Cambridge Economic History of Europe, II, p. 306.

Havia tantos postos de peagem ao longo do Sena na França nos fins do século XV que o frete de cereais 200 milhas abaixo custava metade de seu preço final de venda.<sup>23</sup> De fato, entre as nações europeias, somente a Inglaterra desfrutava um mercado interno unificado, do meio para o final da Idade Média. Foi esse fator que contribuiu poderosamente para que a Inglaterra se tornasse a primeira grande potência econômica da Europa.

A integração dos fragmentários mercados europeus foi um processo essencialmente político e econômico; seguiu-se à gradual centralização do poder que modificou o mapa da Europa, passando daquela infinita complexidade do século X para o mapa mais ou menos "moderno" do século XVI. Os burgos desempenharam aqui, novamente, um papel importante e decisivo. Foram os burgueses da cidade que se tornaram aliados das monarquias nascentes, dissociando-se dessa maneira ainda mais dos senhores feudais, ao mesmo tempo que supriam os monarcas instáveis com esse requisito essencial ao trono, que é o dinheiro.

Assim, os monarcas e burgueses se associaram para provocar o lento crescimento dos governos centralizados, e destes últimos, por sua vez, provieram não só a unificação das leis e das moedas mas também um estímulo direto ao desenvolvimento do comércio e da indústria. Na França, por exemplo, a manufatura encontrou estímulo no amparo real à famosa tapecaria Gobelin e aos trabalhos de porcelana de Sévres; criou-se ocupação para inúmeros artífices e artesãos pelas solicitações oriundas dos palácios reais e dos salões de banquete. Em outros campos, o crescimento do poder nacional também implicava um novo incentivo: a construção de navas, o equipamento de armadas e o pagamento dessas novas forças "nacionais", em sua maioria mercenárias. Tudo isso fez que se movimentassem mais rapidamente os centros da circulação monetária.

### A Exploração

Outro impulso econômico dado pela consolidação gradual do poder político foi o estímulo oficial à exploração marítima. Durante os longos anos da Idade Média, somente alguns poucos aventureiros como Marco Polo se embrenharam por regiões remotas à procura de uma espécie de caminho

para as fabulosas riquezas das Índias; e, de fato, nos principais do século XIV o caminho para o Extremo Oriente já era tão conhecido que a seda proveniente da China custava a metade do preço da que vinha da região do Cáspio, à medida da distância.

Contudo, o conjunto dessas bravas e ocasionais penetrações além da Europa formavam apenas uma teia muito frágil. Seria necessária ainda a exploração sistemática do desconhecido, e para tanto foi preciso que se esperasse o advento dos aventureiros ao serviço dos reis. Colombo e Vasco da Gama, Cabral e Magalhães não se aventuraram naquelas viagens que marcaram época como simples mercadores (enubora todos esperassem fazer fortuna dessa forma), mas como aventureiros em armadas adquiridas e equipadas com dinheiro dos reis, com aprovação dos soberanos enviadoss na esperança de acrescer o tesouro real.

As consequências econômicas dessas aventuras espanholas foram incalculáveis. Principalmente por uma coisa: fizem canalizar para a Europa um revigorante fluxo de metais preciosos. Ouro e prata, vindos das grandes minas espanholas do México e do Peru, eram paulatinamente transferidos a outras nações, pois a Espanha pagava em ouro os bens que adquiria. Daí resultou um aumento de preços em toda a Europa — entre 1520 e 1650, somente, estima-se que tenham subido de 200 a 400%, trazendo ao mesmo tempo estímulo e esgotamento à indústria, mas fazendo levantar-se uma grande onda de especulação e comércio.

Além disso, é claro, os resultados a longo prazo das explorações marítimas trouxeram um estímulo econômico ainda de maior importância. O estabelecimento de colônias nos séculos XVI e XVII e a subsequente ligação comercial com o Novo Mundo serviram para lançar a Europa numa fervilhante sociedade mercantil. A descoberta do Novo Mundo foi, desde o princípio, uma influência catalítica e revolucionária para o Velho Mundo.

### → A Transformação do Clima Religioso

As forças modificadoras que sintetizamos até aqui já estavam de fato visíveis. Em qualquer tempo durante a longa transição da sociedade pré-mercado para a sociedade de mercado poderíamos verificar com nossos próprios olhos os mercadores itinerantes, as cidades em expansão, as Cruzadas, as evidências de crescimento do poder nacional. No entanto,

<sup>23</sup> Cambridge Economic History of Europe, II, pp. 134-35.

essas não foram as únicas forças que solaparam o sistema feudal e trouxeram à luz seu sucessor comercial. Havia, igualmente, correntes modificativas poderosas mas invisíveis, correntes que afetaram a atmosfera intelectual, as crenças, as atitudes da Europa. Uma delas, de especial importância, foi a transformação do espírito religioso da época.

Em nosso último capítulo vimos como a Igreja Católica se achava profundamente imbuída de aversão teológica pelo princípio do lucro — e principalmente pelo dinheiro a juro ou usura. Uma história curiosa da época resume muito bem a posição da Igreja. Humberto de Romanis, um monge, fala sobre alguém que via demônios em todos os recantos e grutas de um mosteiro florentino e no mercado encontrou um só. A razão, explica Humberto, é que era necessário apenas um para corromper toda praça de mercado, onde cada homem trazia um demônio no coração.<sup>34</sup> Em tal clima de desaprovação, era difícil o florescimento da parte comercial da vida.

Na verdade, por causa de seus trovejamentos contra o lucro e a usura, a Igreja atingiu na época uma posição de importância econômica dominante.através de seus dízimos e benefícios a Igreja era o maior coletor e distribuidor de dinheiro de toda a Europa; e numa época em que não havia nem bancos nem Caixas Fortes, a Igreja era o repositório de quase toda a fortuna feudal. Algumas de suas subordens, como por exemplo os Cavaleiros Templários, tornaram-se extremamente ricas e funcionavam como instituições bancárias, emprestando aos monarcas necessitados em termos rígidos. Sem embargo, toda essa atividade levemente desabonatória era exercida a despeito (e não por causa) das mais profundas convicções da Igreja. Pois atrás da desaprovação eclesiástica da busca de riquezas havia uma convicção teológica profundamente assentada, a crença firme na transitoriedade da vida terrena e na importância da preparação para a Vida Eterna. A Igreja erguia os olhos e buscava fazer que os outros os erguessem acima da luta cotidiana pela existência. Empenhou-se em reduzir ao mínimo a importância da vida terrena e em denegrir as atividades materiais a que somente uma carne muito fraca sucumbia.

Que é que modificaria essa influência desalentadora dos deuses da fortuna? Segundo as teorias do sociólogo alemão

Max Weber e do historiador-econômico R. H. Tawney, a causa fundamental está na ascensão de um novo ponto de vista teológico expresso nos ensinamentos do reformista protestante João Calvino (1509-1564).

O calvinismo era uma filosofia religiosa bastante rígida. Baseava-se na crença da predestinação, na idéia de que desde o princípio Deus já fez a escolha dos que serão salvos ou condenados, e que nada que esteja ao alcance do homem pode alterar o decreto inviolável. Além do mais, segundo Calvino, o número dos danados excedia de muito o número dos eleitos, de modo que para a maioria das pessoas grandes eram as probabilidades de que este prelúdio terreno não fosse mais que uma graça momentânea antes do Inferno e da Condenação Eterna.

Talvez só um homem da firmeza de Calvino pudesse suportar a vida sentenciada dessa forma. Pois vamos logo verificar que, nos Países Baixos e na Inglaterra, seus discípulos abrandaram o predicado inexorável e inescrutável da doutrina original. Embora a idéia da predestinação continuasse a ser pregada, já se admitia que no curso da vida terrena havia um sinal do que devia ser seguido. Assim, os teólogos holandeses e ingleses ensinavam que mesmo um homem em cheiro de santidade podia acabar no Inferno, e que o homem frívolo e irresponsável estava seguramente destinado ao fogo eterno. Somente numa vida pura é que residia a mais leve das probabilidades de demonstrar que a Salvação ainda era possível.

E assim os calvinistas preconizavam uma vida de retidão, de severidade e, o que mais importa, de diligência. Ao contrário dos teólogos católicos, cuja tendência era a de considerar a atividade humana como vaidade, os calvinistas sanguística da busca de riquezas havia uma convicção teológica profundamente assentada, a crença firme na transitoriedade da vida terrena e na importância da preparação para a Vida Eterna. A Igreja erguia os olhos e buscava fazer que os outros os erguessem acima da luta cotidiana pela existência. Empenhou-se em reduzir ao mínimo a importância da vida terrena e em denegrir as atividades materiais a que somente uma carne muito fraca sucumbia.

<sup>34</sup> Beard, op. cit., p. 160.

Talvez ainda mais importante do que o incentivo à busca de riquezas tenha sido a influência, do calvinismo sobre o uso da fortuna. De modo geral a atitude normal dos profissionais mercadores católicos era a de que o objetivo do êxito terreno fosse a fruição de uma vida de luxo e conforto, ao passo que a nobreza católica ostentava vez por outra um desdém positivamente ridículo pela fortuna. Na orgia de jogo que se apossou de Paris nos fins do século XVI, sabe-se de um príncipe que enviou à sua amásia um diamante de 5 000 livres e pulverizou-o, derramando-o sobre ela porque esta o considerou muito pequeno. O mesmo príncipe posteriormente perdeu no jogo sua renda de 600 000 livres anuais. Um marchal, cujo neto olhou com desprezo o presente de uma bolsa cheia de ouro, atirou-a à rua, dizendo: "Pois fica para o varredor da rua."<sup>35</sup>

Os manufatores ou comerciantes calvinistas observavam uma atitude completamente diversa em relação à riqueza. Se a religião aconselhava a diligência, desaconselhava a indulgência de maneira ainda mais energica. A riqueza era para ser acumulada e para ser utilizada em boas coisas, e não para ser dissipada.

O calvinismo estimulou um aspecto da vida econômica de que pouco ouvimos falar até agora: a *parcimônia*. Transformou a poupança, a abstinência consciente da fruição da renda, em uma virtude. Fez do investimento, a utilização da economia com propósitos produtivos, um instrumento de devotoção e bem assim de lucro. Tolerava mesmo, com vários quidz e quos, o pagamento do juro. Na verdade, o calvinismo acelerou uma nova concepção da vida econômica. Em lugar do velho ideal da estabilidade econômica e social, do conhecimento e conservação do "seu lugar" na ordem social, tornou respeitável a idéia da luta, do desenvolvimento material, do crescimento econômico.

Os historiadores econômicos debatem ainda o grau preciso de influência que pode ser exatamente atribuído à "Ética Protestante" no surto de uma nova filosofia universal centralizada no lucro. Pois, afinal de contas, não havia a bem dizer nada que um calvinista pudesse ensinar a um banqueiro italiano católico sobre as virtudes de uma visão comercial

da vida. Contudo, observando o curso subsequente do desenvolvimento econômico, é curioso verificar que foram os países protestantes sem exceção, com seu "traço protestante" do trabalho e da poupança, que tomaram a dianteira na corrida econômica. Como um dos poderosos ventos que mudaram os séculos XVI e XVII, a nova concepção religiosa sem dúvida alguma deu um estímulo realmente favorável à evolução da sociedade de mercado.

### A Queda do Sistema Dominial

A enumeração de todas essas correntes não esgota o catálogo de forças exercidas contra a velha e rígida ordem econômica da Europa. A lista poderia ser acrescida e infinitamente aprimorada.<sup>36</sup> Todavia, com a devida cautela, podemos agora começar a compreender a enorme coalizão de acontecimentos — alguns definidos, como as Cruzadas, outros difusos, tais como as evoluções do pensamento religioso — que cooperaram para a destruição da estrutura medieval da vida econômica e a preparação do caminho de uma nova e dinâmica estrutura de transações de mercado.

Um aspecto importante dessa profunda alteração foi a monetização gradual das obrigações feudais. Numa localidade após outra podemos acompanhar a conversão dos antigos pagamentos feudais em espécie — os dias de trabalho ou a quantidade de aves ou ovos que o senhor recebia de seus arrendatários — em pagamento de tributos e arrendamentos em dinheiro, com que cumpriam as obrigações para com o senhor.

Grande número de causas jaz por trás dessa comutação dos pagamentos feudais. Uma delas foi a crescente procura urbana de alimentos, à medida que a população das cidades começou a crescer. Em círculos concêntricos em torno das

<sup>35</sup> Werner Sombart, *Luxury and Capitalism* (Nova York: Columbia University Press, 1938), pp. 120 e segs. Também Thirion, *La Vie Privé des Financiers au XVIII<sup>e</sup> Siècle* (Paris: 1895), p. 292.

<sup>36</sup> Uma influência extremamente importante (à qual nos referimos especificamente no capítulo seguinte) foi o surto de um novo interesse pela tecnologia, baseada na indagação científica dos fenômenos naturais. Outro importante fator determinativo foi o desenvolvimento dos conceitos e técnicas do comércio moderno. O historiador económico alemão Werner Sombart afirmou mesmo que se tivessem de mencionar uma única data como o "início do capitalismo moderno", escolheria o ano de 1202, em que apareceu o *Liber Abbaci*, a cartilha da aritmética comercial". Da mesma forma, o historiador Oswald Spengler considerou a invenção do sistema contábil de partidas dobradas em 1494 um empreendimento digno de figurar junto ao de Colombo e de Copérnico.

cidades, o dinheiro infiltrava-se para a zona rural, acrescentando a capacidade do setor rural para comprar artigos urbanos e excitando seu desejo de assim proceder. Ao mesmo tempo, desejosa de uma renda maior em dinheiro para adquirir uma variedade mais ampla de artigos, a nobreza passou a preferir o recebimento dos tributos e arrendamentos em dinheiro aos em espécie. Assim procedendo, entretanto, colocava involuntariamente em movimento uma causa ainda mais séria para a deterioração do sistema dominial. Quase todos os antigos serviços feudais foram transformados em somas fixas de pagamento em dinheiro. Isso facilitou, temporariamente, a posição de caixa do senhor feudal, mas logo o submeteu à pressão que sempre aflige o credor nos tempos de inflação. E, mesmo quando os tributos não eram fixos, os arrendamentos e tributos em dinheiro retardavam-se em relação às crescentes necessidades monetárias da nobreza, de modo que as obrigações feudais eram cada vez mais monetizadas para conservar as reservas do senhor. Mas como os preços subiam, e o padrão da vida monetizada expandia-se ainda mais, as circunstâncias concorriam para mantê-lo insolvente.

O resultado foi que a aristocracia feudal, que dependia então cada vez mais de tributos e arrendamentos para sua receita, acabou perdendo o poder econômico.<sup>37</sup> De fato, no início do século XVI vamos encontrar uma nova classe em formação — a da nobreza empobrecida. No ano de 1530, no distrito de Gevaudan, na França, vamos verificar que 121 senhores feudais tinham uma renda conjunta de 21 400 livres, mas um desses senhores recebia 5 000 livres do total e outro 2 000, de modo que os restantes auferiam a modesta quantia de 121 livres cada um.<sup>38</sup> Na verdade, a escassez de dinheiro afetava não só a nobreza inferior, mas também a própria monarquia. O Imperador Maximiliano I, do Sagramento Império Romano, vez por outra não tinha nem mesmo dinheiro para pagar a hospedagem de sua comitiva; e quando celebrou o casamento de dois netos com os netos do Rei da Hungria, todos os ornamentos dos consórcios — 2 000 corceis ajaezados, jóias e pratarias — foram tomados de empréstimo a mercadores banqueiros a quem Maximiliano ha-

via escrito cartas lisonjeiras pedindo-lhes que não o desamparassem nas horas de necessidade.

O sistema dominial era claramente incompatível com a economia monetária; pois enquanto a nobreza estava oprimida entre a elevação dos preços e custos e rendas estáticas, as classes mercadoras, para as quais o dinheiro forçosamente se canalizava, iam pouco a pouco aumentando seu poder. No distrito de Gevaudan, por exemplo, em que os senhores mais ricos acusavam a renda de 5 000 livres, os mercadores mais ricos da cidade possuíam rendas acima de 65 000 livres. Na Alemanha, enquanto Maximiliano tinha dificuldade de obter dinheiro, a grande família de banqueiros de Ausburgo controlava receitas muito superiores à renda total do império de Maximiliano. Na Itália, os Gianfigliazzi, de Florença, que começaram "do nada" emprestando dinheiro ao Bispo de Fiesole, acabaram despojando-o de suas posses e deixando-o na miséria; enquanto isso, na Toscana, os nobres que olhavam com menosprezo os usurários do século X acabaram perdendo suas propriedades para eles nos séculos XII e XIII. Por toda a Europa, homens de condição social inferior fiziam bom proveito da economia monetária. Certo Jean Amici, de Toulouse, fez fortuna com pilhagem na Inglaterra durante a Guerra dos Cem Anos; Guilhame de St.-Yon tornou-se rico vendendo carne a preços extorsivos à cidade de Paris; e Jacques Coeur, a mais extraordinária figura de todas, ascendeu de mercador a moedeiro do Rei, sendo depois representante comercial do Rei e em seguida financista, não ao Rei, mas do Rei, acumulando entrementes a fabulosa fortuna de 27 milhões de écus.

#### O APARECIMENTO DO ASPECTO ECONÔMICO DA VIDA

Podemos discernir um imenso processo de transformação que revolucionou literalmente a organização econômica da Europa. Conquanto, no século X, o dinheiro e as transações fossem apenas periféricos à solução do problema econômico, nos séculos XVI e XVII o dinheiro e as transações já começavam a proporcionar a própria força molecular da coesão social.

Mas além e acima dessa monetização generalizada da vida, outra e talvez ainda mais profunda transformação tinha lugar. O aparecimento de uma esfera isolada de atividade econômica dentro da matriz circunjacente da vida sólida. Era a criação de todo um aspecto da sociedade que

<sup>37</sup> Esse processo de declínio econômico foi consideravelmente favorecido pela inaptidão da nobreza como administradora de suas propriedades. Os descendentes dos cruzados eram tão maus negociantes quanto seus antepassados.

<sup>38</sup> Cambridge Economic History of Europe, I, pp. 557-58.

nunca houvera antes, mas que daí por diante iria constituir uma faceta preponderante da existência humana.\*

Na antiguidade e nos tempos feudais, como vimos, não se podiam separar facilmente as motivações econômicas ou mesmo as ações econômicas do próprio âmbito normal da existência. O camponês ao seguir seus hábitos imemoriais dificilmente teria consciência de estar agindo segundo uma motivação "econômica"; na verdade, não estava: seguia as ordens do senhor feudal ou os ditames do costume. Nem mesmo o senhor estava economicamente orientado. Seus interesses eram militares, políticos ou religiosos, e não diretamente orientados para a ideia de lucro ou de expansão. Mesmo nas cidades, como observamos, a conduta habitual dos homens de negócios estava inextricavelmente mesclada com outros propósitos não-econômicos. O fato inegável de que os homens eram ávidos, para não dizer avaros, não tinha ainda conferido seu sabor à vida em geral; ganhar dinheiro, como tivemos certa dificuldade para assinalar, era uma preoccupation antes periférica do que central na existência medieval ou antiga.

#### Terra, Trabalho e Capital Entram em Ação

Com a monetização da atividade diária, entretanto, um elemento de vida autenticamente novo veio aos poucos dar à tona. O trabalho, por exemplo, surgiu como uma atividade muito diversa da que era no passado. Ja não era parte de uma relação social explícita em que um homem (servo ou aprendiz) trabalhava para outro (senhor feudal ou mestre de guilda) em troca de pelo menos uma garantia de subsistência. O trabalho era agora uma simples quantidade de esforço, uma "mercadoria" a ser vendida na praça do mercado pelo melhor preço que pudesse obter, inteiramente desprevida de quaisquer responsabilidades recíprocas por parte do comprador, além do pagamento de salários. Se tais salários não eram suficientes para proverem a subsistência — bem, isso não era com o comprador. Ele comprara o "trabalho" e nada mais.

O surgimento do trabalho "puro" — trabalho como parcela de esforço destacada da vida do homem e comprado no

mercado em quantidades fixas — foi seguido também por dois outros elementos preponderantes da vida econômica. Um deles foi a terra. Primitivamente concebida como o território de um grande senhor, tão inviolável quanto o moderno território de uma nação soberana, a terra era agora considerada em seu aspecto econômico como algo que podia ser comprado ou alugado pelo rendimento econômico que produzisse. Uma possessão fundiária que fora outrora o centro de um poder político e administrativo se tornara uma "propriedade" com um preço de mercado, disponível para um sem-número de usos, até mesmo como sítio de uma fábrica. Os tributos, os pagamentos *in natura*, os bens incorpóreos do prestígio e do poder que outrora fluíram da propriedade da terra deram lugar a um simples pagamento do arrendamento; ou seja, a um rendimento em dinheiro proveniente de colocar-se a terra em uso *lucrativo*.

A mesma transformação se verificou quanto à propriedade. Concebida na antiguidade e durante quase toda a Idade Média como soma de riqueza tangível, ou pecúlio, tesouro de prataria, metal precioso ou jóias, muito logicamente, se manifestava sob a forma de casas luxuosas, de castelos e arranque, de vestes palacianas e jaezes. Mas com a monetização e a comercialização da sociedade, a propriedade também se tornou expressível em termos monetários: a pessoa agora "possuía" tantas *livres*, tantos écus, libras ou o que fosse. A propriedade transformou-se em *capital*, já não mais se manifestando em bens específicos, mas em soma abstrata de flexibilidade infinita cujo valor estava em sua capacidade de obter *juros* ou *lucros*.

Nenhuma dessas transformações, devemos salientar, foi planejada, claramente prevista ou recebida com satisfação. Não foi com equanimidade que as hierarquias feudais viram suas prerrogativas abocanhadas pelas classes mercantis. Muito menos o mestre de guilda preservador das tradições desejou sua própria transformação compulsória em "capitalista", em homem de negócios guiado pelos sintomas de mercado e assediado pela concorrência. Mas a transição talvez tenha sido mais penosa para a classe camponesa, enredada num processo histórico que a despojava de seu meio de vida e fazia dela um trabalhador sem terra.

#### As Demarcações

\* A seção seguinte deve muito aos estudos de Karl Polanyi, em seu famoso *The Great Transformation* (Boston: Beacon Press, Inc., 1957), Parte II.

Esse processo, que cobrou especial importância na Inglaterra, foi o movimento das demarcações, um subproduto

da monetização da vida feudal. Iniciando-o a partir do século XIII, a aristocracia agrária, necessitando cada vez mais de dinheiro, começou a encarar suas terras não meramente como feudos ancestrais, mas como fontes de renda em dinheiro. A fim de produzir maiores safras de numerário, começaram a "cercar" os pastos que antes eram considerados "terrás comuns". Campos de pastagens comunitários, que na verdade sempre pertenceram ao senhor feudal, a despeito de seu uso comum, foram reclamados para o proveito exclusivo do senhor e se transformaram em pastagens de ovelhas. Por que pastagens de ovelhas? Porque uma procura crescente de tecidos de lã estava fazendo da criação de ovelhas uma ocupação altamente rendosa. A especialista em história medieval, Eileen Power, escreve:

Quem visita a Câmara dos Lordes, ao contemplar respeitosamente aquela augusta assembleia, não pode deixar de surpreender-se vendo um sólido e desgracioso objeto em face do trono — um desgracioso objeto sobre o qual durante toda a sessão do Parlamento verá sentar-se o Lorde Chanceler da Inglaterra. O objeto é um fardo de lã, e esta impregnado de tanta História quanto o próprio gabinete do Lorde Chanceler... O Lorde Chanceler da Inglaterra está sentado sobre um fardo de lã porque foi sobre um fardo de lã que esta graciosa terra chegou à prosperidade.<sup>39</sup>

O sistema das "demarcações" na Inglaterra processou-se em ritmo irregular que atingiu um clímax primeiro no século XVI e mais tarde nos fins do século XVIII e princípio do século XIX.<sup>40</sup> Ao fim, cerca de quatro milhões de hectares, aproximadamente a metade das terras aráveis da Inglaterra, tinham sido "cercados" — nos primórdios da era dos Tudor, pela sua conversão mais ou menos arbitrária em pastos de ovelhas; no final do período, pela consolidação forçada de faixas e glebas de arrendatários em tratos próprios para a agricultura comercial em larga escala. Presumivelmente houve justa compensação.

Do ponto de vista estritamente econômico, o movimento das demarcações foi sem dúvida alguma salutar ao acarretar um mais produtivo emprego da terra, que até então rendia

uma insignificância. De fato, especialmente nos séculos XVIII e XIX, a demarcação foi o meio pelo qual a Inglaterra "racionabilizou" sua agricultura e finalmente se livrou da ineficácia do tradicional sistema de faixas dominiais. Mas havia um aspecto ainda mais desumano da demarcação. Como os campos comuns foram cercados, tornou-se ainda mais difícil para o arrendatário mantê-los. A princípio vagarosamente, depois com crescente rapidez, se viu ele pressionado para fora da terra, até que nos séculos XV e XVI, quando a demarcação dos campos comuns atingiu o auge, de  $\frac{3}{4}$  a  $\frac{9}{10}$  dos arrendatários de algumas propriedades tinham sido expulsos da terra. Povoados inteiros se extinguiram. Sir Thomas Morus descreveu o que foi isso em sua *Utopia*, Livro I:

Suas ovelhas que soiam ser dóceis e mansas, e de tão pouco alimento, segundo ouvi dizer se fizeram, pois, tão vorazes e temíveis que estão devorando hoje os próprios donos. Arruinam, arrasam e devoram inteiros campos, casas e cidades. A fim de verificar em que partes do reino nasce a mais pura e consequentemente a mais rica lã, os nobres e cortesãos, e até mesmo certos abades, santas criaturas conhecidas de Deus, não contentes com os réditos anuais que lhes vinham da terra desde os tempos de seus antepassados... já não deixam nenhum sítio para cultivo, tudo arrolando em pastos, detinando por terra casas e cidades, sem nada deixar de pé, a não ser a igreja, talvez com o fito de transformá-la em estábulo de ovelhas...

O movimento das demarcações propiciou força poderosa para a dissolução dos laços feudais e para a formação das novas relações de uma sociedade de mercado. Subtraindo a posse ao camponês, "criou" uma nova espécie de força de trabalho — sem terras, destituído das fontes tradicionais de renda, ainda que ínfimas, viu-se impelido a buscar trabalho para obter salário onde quer que se apresentasse a possibilidade.

Do proletariado agrícola surgiu por sua vez o proletariado urbano, embora houvesse, além disso, um processo de proletarização nas cidades à medida que a estrutura das guilhermeias dava lugar a maior quantidade de firmas de "aparência comercial". Mas grande porção da classe agrícola desterrada das grandes propriedades fundiárias empreendeu o caminho das cidades em busca de trabalho. Isso provocou o crescimento da população urbana. Daí resultou, como verificamos na Inglaterra a partir da era elisabetana, a agravamento do problema dos "pobres errantes". E uma das soluções propostas no século XVIII foi a de que fossem con-

<sup>39</sup> Medieval People (Garden City, Nova York: Anchor Books, 1954), p. 125.

<sup>40</sup> Em outras nações europeias o sistema das "demarcações" também se verificou, com graus variáveis de rigidez. Na França e na Itália, os pequenos arrendatários persistiram muito tempo depois de já haverem deixado de existir na Inglaterra; na Alemanha, um "processo de desapropriação de invulgar crueldade resultou numa série de "guerrilhas" e levantes dos camponeses.

finados em recintos que um reformista chamou candidamente de "Casas do Terror".

Dessa forma, a eclosão de um sistema propenso ao mercado provocou a formação de, uma "força de trabalho", e embora o processo de ajustamento de outras classes da sociedade não se mostrasse tão brutal, este também exigiu seu prego social. Os mestres de guilda lutaram tenazmente contra os manufactureros que invadiam suas ocupações protegidas e transgrediam as salvaguardas tradicionais ou desmontavam as formas estabelecidas de produção utilizando-se de nova maquinaria. Obstinadamente a nobreza agrária buscava proteger seus antigos privilégios contra a usurpação dos novos-ricos endinheirados.

Contudo, o processo de economização, quebrando as rotinas estabelecidas do passado, reorganizando o poder e o prestígio de todas as classes sociais, já não podia ser detido. Implacavelmente seguiu seu curso histórico e distribuiu imparcialmente suas recompensas e sacrifícios históricos. Embora se estendendo por um longo período, não foi uma evolução, mas uma lenta revolução que se apossou da sociedade econômica européia. Somente após a sociedade haver experimentado sua longa manopla, sofrendo um dos mais violentos transtornos da História, é que o mundo da transações surgiria como "natural" e "normal" e as classes da "terra", do "trabalho" e do "capital" se tornariam tão prosaicas que seria difícil acreditar que não houvessem sempre existido.

### » Os Fatores de Produção

Todavia, como tivemos ocasião de ver, o trabalho livre, assalariado e contratual, a terra, como produtora de renda e de lucro, e o capital fluido, buscando investimento, não eram de todo "naturais" e "normais", porém criações da grande transformação de uma sociedade pré-mercado em uma sociedade de mercado. A Economia denomina essas três criações de fatores de produção, e em grande parte se dedica à análise da combinação desses três componentes básicos do processo produtivo no mecanismo do mercado.

O que devemos perceber nesse passo de nossa indagação, entretanto, é que "terra", "trabalho" e "capital" não existem como categorias eternas da organização social. Reconhecidamente, são categorias da natureza, mas esses aspectos eternos do processo produtivo — o solo, o esforço humano e os artefatos que podem ser aplicados à produção —

não assumem, em todas as sociedades, a separação específica que os distingue numa sociedade de mercado. Nas economias pré-mercado, a terra, o trabalho e o capital estão inexoravelmente mesclados e associados na figura do escravo e do servo, do senhor feudal e do mestre de guilda — nenhum deles entrando no processo produtivo como a encarnação de uma função econômica específica oferecida por determinado preço. O escravo não é um "trabalhador", o mestre de guilda não é um "capitalista", nem o senhor feudal um "proprietário". Somente quando um sistema social se desenvolveu, o trabalho é vendido, a terra alugada, e o capital livremente investido, é que vamos encontrar as categorias econômicas emergindo do fluxo da vida.

A economia moderna descreve assim a maneira pela qual certo tipo de sociedade, com uma história específica de aculturação e evolução institucional, resolve seus problemas econômicos. Pode ser bem possível que em outra era não haja nem "terra", nem "trabalho", nem "capital". Se, por exemplo, uma sociedade de comunismo puro viesse um dia a prevalecer, o método pelo qual o produto social seria assegurado ou distribuído não precisaria necessariamente apresentar mais semelhanças com o nosso atual sistema de pagamento de salários ou receitas de renda ou distribuição de lucros do que o nosso próprio sistema apresenta com seu predecessor sistema feudal. Nesse caso, a "economia" como a conhecemos teria que ser revista para corresponder a uma nova relação social em que os problemas da produção e da distribuição seriam resolvidos.

Mas o surto de uma sociedade de mercado, com seus novos fatores de produção, não foi a única criação daquelas forças de transformação que examinamos neste capítulo. Juntamente com as novas relações de homem para homem no mercado, surgiu uma nova forma de controle social para arrebatá a chefia econômica da antiga égide da tradição e do mandado.

### Aparecimento do "Motivo Lucto"

Qual era essa nova forma de controle? Essencialmente, um padrão de comportamento social, de ação normal e cotidiana, que a ambiciosa de um novo mercado impôs à sociedade. E qual era esse padrão de comportamento? Na linguagem dos economistas, era a tendência para maximizar a

*renda pessoal* (ou minimizar os gastos pessoais) pela concretização das melhores trocas possíveis no mercado. Em linguagem comum, era a propensão para comprar barato e vender caro, ou na terminologia comercial, o motivo de lucro. A sociedade de mercado, na verdade, não inventou essa tendência. Talvez nem a tenha mesmo intensificado. Mas fê-la de fato um aspecto *ubíquo e necessário* do comportamento social. Embora os homens se sentissem ambiciosos na Idade Média ou na antiguidade, de fato não se interessavam pelas transações de mercado em função das atividades econômicas básicas de seus meios de vida. E mesmo se o fizessem (como, por exemplo, quando um camponês vendia na feira alguns ovos), a transação raramente seria matéria de importância dominante para a continuidade de sua existência. As transações de mercado numa sociedade fundamentalmente não-mercado eram pois uma atividade subsidiária, um meio de suplementação da atividade vital que, embora essa, era profundamente independente dos atos de compra e venda.

Com a monetização do trabalho, da terra e do capital, entretanto, as transações se tornaram atividades *universais e decisivas*. Agora tudo estava à venda, e as condições das transações eram tudo, menos subsidiárias à própria existência. Para o homem que vendia seu trabalho no mercado, numa sociedade que não assumia responsabilidade alguma por sua manutenção, o preço pelo qual ajustava a transação era de toda importância. O mesmo ocorria em relação ao senhorio ou ao capitalista nascente. Para cada um deles uma boa transação poderia significar riqueza, ao passo que a má significava a ruína. Assim o padrão da maximização econômica se havia generalizado através de toda a sociedade e fura dotado de urgência inerente que fazia dele uma força poderosa para a configuração do comportamento humano.

A nova sociedade de mercado fez mais do que criar um ambiente em que os homens fossem forçados a seguir seu interesse econômico pessoal. Trouxe ao mesmo tempo à realidade um ambiente social em que os homens podiam ser controlados em suas atividades econômicas. Com a tendência generalizada para maximizar a renda, era agora possível dirigir a aplicação das energias humanas em várias direções pelo acréscimo ou a redução das recompensas oferecidas para diferentes tarefas. Se fosse necessário um esforço maior para a fabricação de calçados, o mecanismo de mercado aumentaria as recompensas à terra, ao trabalho e ao capital em-

pregados na manufatura de calçados. Ou se a sociedade, operando através desse mecanismo de mercado, quisesse diminuir a quantidade de energia social empregada na fabricação de chapéus, bastaria reduzir as recompensas — salários, rendas, lucros — à manufatura chapeleira, que isso provocaria um êxodo dos fatores da produção dessa indústria para outro campo mais lucrativo. Na presença de uma tendência universal para a maximização das rendas, a sociedade dotou-se de um poderoso instrumento para a alocação de seus recursos.

Note-se, entretanto, que esse dispositivo regulador requereu muito mais do que a tendência do interesse pessoal. Igualmente necessária foi a mobilização dos fatores de produção. Enquanto o trabalho estava ligado a suas propriedades dominiais ou às guildas, ou quando os mestres de guilda estavam proibidos de expandir sua escala de operação ou arriscar-se a novos empreendimentos, o mecanismo de controle não funcionava. Nesse caso, elevando recompensas para os sapatos ou diminuindo as recompensas para chapéus não se estaria provocando nenhum acréscimo ou decréscimo substancial na distribuição do esforço social.

Parte essencial da evolução da sociedade de mercado se deveu não só à monetização da vida, mas também à mobilização da vida — ou seja, a dissolução daqueles laços de local e estação que eram o próprio cimento da vida feudal. E essa exigência essencial de mobilidade conduz a um ponto mais avançado. A mobilidade significava que todos os ofícios e profissões estavam a partir de então abertos para todos. *Surgiu a concorrência*. A tradicional divisão estanque do trabalho feudal teve que dar lugar a uma rivalidade universal entre as ocupações. Cada ocupação já não era mais um abrigo protetor tanto para o aprendiz quanto para o mestre da guilda. Agora cada trabalhador ou empregado podia ser deslocado de sua função por um concorrente cujo trabalho fosse mais barato.

### O Funcionamento da Concorrência

Para os desalojados, a instituição da concorrência deve ter parecido severa e injusta; mas para a sociedade como um todo, propiciou uma salvaguarda essencial. Libertando a tendência ao interesse econômico pessoal das limitações do feudalismo, a sociedade parecia em perigo de ser continuamente lograda por comerciantes aproveitadores ou trabalhadores

exigentes — o grande receio dos filósofos sociais da Idade Média.

O que a concorrência fez, entretanto, foi correr o impulso econômico. Lançando um vendedor contra outro, fazia com que se tornasse impossível a um participante isolado obter posição estratégica em proveito próprio. Ainda mesmo que todos os vendedores de um mercado em concorrência quisessem estabelecer preços monopolísticos, a presença de um grupo de concorrentes ávidos, cada qual desejoso de passar à frente do outro à custa de uma pequena baixa do preço, asseguraria à sociedade que os preços finais de venda não seriam mais altos do que o mínimo necessário à manutenção da continuidade da produção.

A concorrência não só impede o vendedor de usar seu poder econômico em prejuízo social como também assegura uma retração similar do comprador. Nenhum negociante pode forçar isoladamente os preços aquém do custo de produção, pois logo os compradores imediatamente dão cabo de seu estoque. E esse mecanismo funciona não só no mercado de mercadorias, mas igualmente no mercado de fatores. Está claro que nenhum operário poderia exigir mais do que os salários "correntes" se desejasse conseguir emprego. Mas nem por isso teria necessidade de aceitar salários baixos de um dado empregador, uma vez que poderia obter melhor salário noutra parte.

Mesmo se todos os empregadores, digamos, na indústria de calçados, quisessem pagar salários mais baixos do que os empregadores da indústria chapeleira, a concorrência mais uma vez proveria remédio. Nesse caso o fator trabalho se mudaria da indústria de calçados para a indústria de chapéus, ocasionando com isso uma deficiência de operários na indústria de calçados e um excesso na de chapéus. Os salários teriam que subir na indústria de calçados à medida que os fabricantes sentissem a necessidade de fazer voltar a mão-de-obra às suas fábricas, e cairiam na indústria de chapéus, por excesso de trabalhadores disponíveis.

Aí então começamos a perceber a natureza complexa do mecanismo de controle de preços proporcionado pela luta competitiva. Cruzando-se no mercado, compradores e vendedores se defrontam numa concorrência em que cada comprador anseia comprar pelo menor preço e em que cada vendedor anseia ganhar o máximo possível. Mas não se trata simplesmente de uma luta decisiva de cujo resultado pouco

se poderia dizer. Pelo contrário, estando os próprios vendedores empenhados numa luta entre si, e achando-se os compradores também envolvidos numa disputa similar, o resultado da luta decisiva é perfeitamente previsível. Se o preço das mercadorias oscilar, a interação de oferta e procura opera no sentido de conduzi-los aos custos de produção. E no caso de as rendas de fatores em diferentes empregos oscilar temporariamente para cima e para baixo, de novo o mecanismo competitivo operaria no sentido de trazer as remunerações de tarefas similares a um alinhamento comum.

Existe ainda um ponto final digno de nota. Vimos como funciona a economia de um mercado competitivo para atender aos desejos da sociedade. Mas quem pode afirmar que os desejos sejam esses?

Numa economia pré-mercado, indagações dessa natureza não suscitam problemas delicados. Os "desejos" de tais sociedades já estão codificados pela tradição perene ou especialmente formulados pelos seus governantes. Mas na sociedade de mercado a especificação dos desejos requer uma nova dimensão. Consiste agora nas procuras de todo aquele que possua os meios necessários para entrar no mercado. Os "desejos" da sociedade são agora expressos por milhões de encomendas diárias, levadas ao mercado por uma comunidade inteira. A medida que entram no mercado, essas encomendas vão afetar os preços das mercadorias. A variação de preços constitui, portanto, indícios para os produtores: a elevação denuncia um aumento da procura e real ou possível aumento da remuneração; a queda de preços indica o contrário.

Dessa forma a sociedade de mercado projeta o consumo a uma posição de extraordinária importância. Em sua disposição e poder de compra é que se baseia a previsão das procuras com que se defrontam os produtores dentro da sociedade. Se os consumidores não desejam uma mercadoria ou serviço, ou se não desejam adquiri-la pelo preço oferecido, tal mercadoria ou serviço ficará sem saída. Nesse caso, o esforço de produção requerido para supri-la não será compensatório e em breve deixará de ser feito. Numa sociedade de mercado, o consumidor é o formulador decisivo do padrão de atividade econômica. Tornou-se o todo-poderoso do processo econômico — soberano não como indivíduo, mas como membro de toda uma comunidade que orienta e controla coletivamente a marcha do esforço produtivo da sociedade.

### O Sistema de Mercado e a Ascensão do Capitalismo

Funcionará realmente o mercado como sugere esta introdução teórica inicial? Quase todo o resto deste livro será dedicado exatamente a essa questão; ou seja: até que ponto o resultado do processo de mercado na realidade corresponde ao mesmo resultado num sistema de mercado "puro". Mas ainda não estamos aptos a considerar este problema. Vemos acompanhando a evolução do mercado somente até esta sua primeira apariência semi-formada, quando a "teoria" de um mercado ainda nem sequer passava pela idéia dos homens. Voltaremos, portanto, à nossa narrativa histórica, retomando-a no ponto em que o sistema de mercado começa a se transformar no próprio capitalismo. A lenta evolução do sistema de mercado não pode ser considerada simplesmente como o surto de um novo mecanismo de controle social. Deve ser igualmente encarada como a evolução de uma nova organização sócio-econômica da sociedade, uma nova estrutura de leis de organização política, de instituições sociais, de idéias.

A sociedade de mercado não poderia coexistir com uma forma de organização legal que não reconhecia, por exemplo, a liberdade individual de escolher alguém o emprego que desejasse. Nem poderia existir sob um código de leis que mal reconhecia a "propriedade privada" tal como a conhecemos. Nem poderia florescer sob um sistema político em que o privilégio cabia antes ao berço do que à iniciativa, ou em que a nobreza agrária possuía por lei e por costume a principal força regularizadora dos negócios da sociedade. O feudalismo como organização legal, política e social teve que dar lugar a outra forma de sociedade com um conjunto muito diverso de leis, costumes e instituições políticas.

Chamamos essa outra forma de sociedade de capitalismo, e o longo processo de transformação que estudamos em seus aspectos econômicos pode ser mais amplamente interpretado como sendo a evolução (ou revolução) do feudalismo em capitalismo. Os que se interessam por Política não observar o aumento da representação política por parte da classe média, crescimento esse que iria culminar na derrota do poder feudal pela Revolução Francesa e numa erosão mais gradual na Inglaterra. Da mesma forma, o estudo do Direito nota o aparecimento de uma lei contratual, ou o declínio das restrições legais da servidão ou das prerrogativas legais da aristocracia. Sem um estudo dessas modi-

ficações, não poderemos compreender de todo a maneira pela qual o capitalismo surgiu do feudalismo. Contudo, sem uma compreensão das modificações econômicas mais entrinhasadas que tiveram lugar, por assim dizer, espontaneamente e sem a consciente intervenção humana, o acompanhamento das transformações legais e políticas em si não pode ser compreendido.

Muitas dessas alterações necessárias só ocorreram nos séculos XVI e XVII, ou mesmo mais tarde. Apesar de tudo, a servidão só veio a ser formalmente abolida na França em 1789, e só o foi na Alemanha meio século mais tarde. Ainda por volta de 1700, a sociedade de mercado não havia atingido um estágio em que o capitalismo se mostrasse como uma entidade legal e política inteiramente realizada. Embora a "terra", o "trabalho" e o "capital" já tivessem existência; embora uma sociedade altamente monetizada já caracterizasse a França, a Inglaterra e a Holanda; embora as classes comerciais já fossem fortes e prósperas, ainda lhes faltava a obtenção final de uma "liberdade" econômica, uma ruptura final com os laços e restrições tradicionais quanto ao trabalho e ao capital, a pedra final dos controles e comandos de cima. Na Inglaterra, no final da década de 1700, nenhum mestre chapéu podia empregar mais do que dois aprendizes, ou nenhum mestre cutedeiro mais que um, e esta e outras regulamentações similares da guilda só iriam desaparecer quando o medieval Estatuto dos Artífices fosse revogado em 1813. Na França, da mesma forma, uma teia de regulamentos obstava o capitalismo nascente. Regras e editos, muitos dos quais buscando uniformizar a produção, estabeleciaiam o número exato de fios empregados nos tecidos da indústria têxtil francesa, e a desobediência a essas leis implicava o risco do pelourinho — primeiro para o tecido, depois para o fabricante.

Vamos encontrar na metade do século XVII a grande revolução do mercado ainda pelo meio, ou antes, vamos encontrar o processo básico de monetização e comercialização incomodamente encerrado numa estrutura de organização social ainda não de todo adaptada a ele.

Denominamos mercantilismo esse estágio do pré-capitalismo, mas não devemos encarar o mercantilismo exclusivamente como sendo uma época em que o capitalismo nascente ainda estava contido por uma ordem econômica e social arcaica. Pelo contrário, essa também foi uma época em que a meta final do capitalismo era poderosamente estimulada e

acelerada. Pois a política do mercantilismo se devotava ao erguimento da força nacional econômica — em parte subsidiando, em parte acelerando a expansão da manufatura nascente. Na França, Colbert, o ministro das finanças de Luís XIV, afirmava à frívola corte de Versalhes que a grandeza do país dependia de sua riqueza, sua riqueza de seu trabalho, e seu trabalho do estímulo aos produtores agrícolas, industriais e comerciais que eram, de modo geral, encarados com arro-gante desdém. Com tal objetivo em mente, lutou para esti-mular a burguesia nascente e favorecer os interesses da indústria e do comércio em geral.

Assim procedeu, mas de uma forma curiosamente paradoxal, com uma rede de regulamentos, tarifas e ordenações que sufocavam o impulso empreendedor ao mesmo tempo que ansiamavam promovê-lo; e os benefícios sociais de sua política econômica foram largamente viciados pela necessidade de ater-se a um sistema feudal de impostos que era severo, iniquo e corrupto. Contudo, como em nenhum outro período anterior, as sementes para o subsequente crescimento foram deliberadamente plantadas através de toda a era mercantil: Frederico o Grande, à margem de um de seus editos, lamentava que seus cidadãos tivessem que ser arrastados para o lucro "pelo nariz e pelas orelhas".<sup>41</sup>

E uma anomalia significativa também deve ser assinalada. A despeito da multiplicidade de regulamentos que o mercantilismo impusera, foi também durante esses anos — talvez por causa das próprias dificuldades da regulamentação — que a idéia de um mercado totalmente livre e desimpedido começou a ganhar aceitação. "Que faut-il faire pour vous aider?" (Como podemos ajudá-lo?), escreveu Colbert ao mercador Legendre. "Nous laissez-faire" (Deixe-nos em paz), foi a resposta. Colbert não ligou muito para o conselho, mas este logo se transformaria no lema do novo mundo capitalista.

Uma ampla revisão da História Econômica deveria estu-dar o mercantilismo europeu detalhadamente, pois esta foi uma era crítica da História Econômica, uma era em que o crescimento industrial foi pela primeira vez lançado como um deliberado ato de política econômica nacional. Contudo, era, por assim dizer, uma posição de equilíbrio instável, não de todo emancipada do passado, não de todo integrada no fu-

turo. Os elementos básicos do capitalismo tinham sido criados e esperavam sua vez. A vez chegou logo depois, principalmente na Inglaterra, mais tarde em toda a Europa e nos Estados Unidos. Em breve haveremos de ver desenvolver-se esse importantíssimo capítulo da História Econômica.

#### RESUMO

1. *Poderosas forças transformadoras operaram no feudalismo europeu e gradualmente serviram para introduzir a estrutura de uma sociedade de mercado. Entre essas forças, as principais eram:*
  - O papel do mercador itinerante, ao introduzir na vida feudal o comércio, a moeda e o espírito aquisitivo.
  - O processo de urbanização como fonte da atividade econômica, e como local de um novo poder, comercialmente orientado.
  - As Cruzadas, como força desintegradora da vida feudal e introdutora de novas ideias.
  - O surgimento de Estados nacionais, unificados e defensores do comércio.
  - O estímulo da Idade da Exploração e do ouro que ela trouxe à Europa.
  - O aparecimento de novas ideias religiosas, mais simpáticas à atividade empresarial do que o catolicismo.
  - A monetização das dívidas no sistema domínial.
2. Como consequência dessas forças, começamos a ver a separação entre a vida econômica e social. Os processos de produção e distribuição já não eram indiferenciavelmente mesclados aos costumes e práticas religiosas, políticas e sociais: começavam a formar uma área distinta na vida.
3. Com a ascensão do aspecto econômico da vida, vemos ocorrerem transformações profundas e duradouras. O servo camponês já não é mais ligado à terra, e tornou-se um trabalhador livre e móvel; o artesão já não está mais preso às regras da guilda e transforma-se num empresário livre e independente; o senhor de terras se transforma (no moderno sentido da expressão) em proprietário de terras. A transformação foi longa e violenta, especialmente no complexo caso das demarcações.
4. O advento dos trabalhadores livres, capitalistas e proprietários de terra, cada um deles vendendo seus serviços no mercado de trabalho, capital e terra, tornou possível falar de "fatores de produção". Com isso estavam implicadas duas coisas: as categorias físicas da terra, trabalho e capital como agentes diferenciáveis no processo de produção, e as categorias sociais de trabalhadores, proprietários de terra e capitalistas como grupos ou classes distintos no mercado.
5. O aparecimento dos fatores de produção assinalou a entrada em ação do sistema de mercado já amadurecido. Suas características eram:

<sup>41</sup> A. Lowe, *Economics and Sociology* (Londres: George Allen & Unwin, 1935), p. 23.

- O "motivo lucro" como guia do comportamento econômico.
- A grande mobilidade social e legal dos fatores de produção.
- O aparecimento da "procura" — quantidades que os consumidores desejam e podem pagar — como o novo regulador da produção.
- A elevação do consumidor, em massa, a uma nova posição de controle econômico.
- 6. O sistema de mercado exigia não somente a inovação econômica do processo de mercado, como também toda uma panóplia de transformações políticas e legais. A liberdade e a independência do indivíduo econômico, ideia incompatível com o feudalismo, eram uma precondição essencial para um sistema fluido de mercado.
- 7. A transformação não foi alcançada de uma só vez. A evolução do feudalismo para o sistema livre de mercado passou por um estágio transitório chamado mercantilismo. O mercantilismo foi caracterizado por um esforço de regulamentar detalhadamente a produção e o comércio, dando-lhes, simultaneamente, apoio e encorajamento.
- 8. As complexidades da regulamentação mercantilista deram origem ao lema que passaria a ser a essência da filosofia capitalista: *laissez-faire* (deixe-nos em paz).

### QUESTÕES

1. O que as atividades do mercado tinham de desintegradoras em relação à vida feudal? As atividades empresariais de hoje em dia também causam tensões sociais?
2. As nações subdesenvolvidas da atualidade frequentemente se asemelham às economias da antiguidade ou da Idade Média, pelo menos quanto à pobreza e estagnação. Discuta se as forças transformadoras mencionadas neste capítulo têm alguma importância para a modernização dessas áreas. Existem novas forças de transformação?
3. As nações líderes do mundo, quanto à renda per capita, são os E.U.A., Nova Zelândia, Austrália e os Estados escandinavos. Entre as nações menos ricas do Ocidente estão a Irlanda, a Espanha, Portugal e Itália. Você acha que isso prova a validade da tese Weber-Tawney, quanto à importância da ética protestante no crescimento econômico? A adição da América Latina modifica o argumento? E da Ásia?
4. Na Europa, o processo de comercialização e monetização freqüentemente foi violento. Você acha que a Guerra Civil Americana, que terminou com a escravidão e desintegrou o sistema sulino semifeudal de plantação, pode ser considerado como parte da mesma transformação na América?
5. A vida econômica é distintamente separada da vida política e social da América?

6. Você acha que a maior parte dos norte-americanos obedece ao motivo lucro? A maior parte dos norte-americanos tem grande mobilidade? Você conhece alguém que tenha mudado de residência por motivos econômicos? E de profissão?
7. O lucro, certamente, é tão antigo quanto o homem. Pode-se considerar as origens do capitalismo como sendo igualmente antigas?
8. Como você definiria feudalismo? Mercantilismo? Capitalismo?
9. Que transformações políticas e legais foram necessárias para transformar o feudalismo em sistema de mercado?